



União Interparlamentar  
Para a democracia. Para todos.



**UNHCR  
ACNUR**  
Agência da ONU para Refugiados

# Nacionalidade e Apatridia

Manual para parlamentares n. 22



**Foto de capa:**

A recente adesão da Costa do Marfim às Convenções sobre apatridia e as reformas em sua legislação nacional fizeram com que milhares de apátridas, incluindo muitas crianças nessa vila, pudessem adquirir a nacionalidade marfinesa e os benefícios que esta oferece.

# Índice

Agradecimentos	2
Prefácio	3
Introdução	5
Marco Legal Internacional do Direito à Nacionalidade e para a Redução da Apatridia	7
Identificação e proteção dos apátridas	17
Prevenindo a apatridia	29
O Papel do ACNUR	43
De que forma os parlamentares podem ajudar?	49
Anexo 1 Estados Partes da Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas	57
Anexo 2 Estados Partes da Convenção de 1961 para a Redução dos casos de Apatridia	60
Anexo 3 Modelo de instrumento de adesão à Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas	62
Modelo de instrumento de adesão à Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia	63
UIP e o ACNUR em resumo	64

# Agradecimentos

Este Manual foi preparado em cooperação com o Comitê para a Promoção do Respeito ao Direito Internacional Humanitário da União Interparlamentar (UIP)

## **Pesquisa e análise:**

Primeira edição (2005): Carol Batchelor e Philippe Leclerc (ACNUR)

Segunda edição (2014): Mark Manly e Radha Govil (ACNUR)

**Autora:** Marilyn Achiron, atualizado por Radha Govil

## **Comitê editorial para a segunda edição:**

**ACNUR:** Mark Manly, Radha Govil, Janice L. Marshall e José Riera

**UIP:** Anders B. Johnsson, Kareen Jabre e Norah Babic

**Versão original:** Inglês

Capa desenhada pela Imprimerie Centrale, Luxemburgo

# Prefácio

Desde que a primeira edição deste Manual foi publicada em 2005, os parlamentares contribuíram grandemente para o progresso sem precedentes obtido na resposta global ao tema da apatridia. Houve uma acentuada aceleração na taxa de adesões às duas convenções das Nações Unidas sobre a apatridia e uma tendência de reforma nas legislações nacionais para evitar novos casos de apatridia e para solucionar situações prolongadas de apatridia. Também houve um aumento nos esforços para reforçar o registro civil e os sistemas de documentação de nacionalidade.

Ainda assim, o problema da apatridia persiste e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que ele ainda afete pelo menos 10 milhões de pessoas no mundo. A cada ano, dezenas de milhares de crianças nascem apátridas porque seus pais são apátridas. A apatridia pode ocorrer como um resultado de discriminação e privação arbitrária de nacionalidade, situações de sucessão de Estado, práticas inadequadas de registro civil, problemas na aquisição de documentos que provam a nacionalidade e lacunas nas leis sobre nacionalidade.

Uma pessoa apátrida é alguém que não é reconhecido como um nacional por nenhum Estado, e a apatridia tem um impacto real e devastador na vida dos indivíduos, suas famílias e comunidades. A nacionalidade não somente oferece às pessoas um senso de identidade e pertencimento, mas ela também é importante para possibilitar a completa proteção do Estado e o acesso a diversos direitos humanos, incluindo a educação, assistência médica, emprego formal, propriedade privada, participação política e liberdade de movimento. De fato, a importância fundamental do direito à nacionalidade é reconhecida no Artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como em diversas tratados de direitos humanos amplamente ratificados. Se não for resolvida, a apatridia pode criar tensões sociais e prejudicar significativamente os esforços para promover o desenvolvimento econômico e social, podendo levar a conflitos violentos e deslocamentos.

Apesar de alguns apátridas serem forçados a fugir e a se tornarem refugiados, a grande maioria permanece nos países em que nasceram e viveram toda a sua vida. É preciso fazer mais para aliviar a aflição daqueles que vivem em situações prolongadas de apatridia em larga escala, com profundas implicações para seus direitos humanos. Vontade política e ações organizadas por parte dos governos são fundamentais para resolver esse problema.

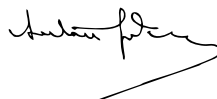
A publicação deste Manual coincide com o lançamento pelo ACNUR de uma campanha de dez anos pelo fim da apatridia. Os esforços dos parlamentares serão cruciais para atingir esse objetivo ambicioso. Os parlamentares podem ajudar a acabar com a apatridia ao adotar e assegurar a implementação de legislações domésticas que sejam consistentes com o direito internacional. As legislações sobre nacionalidade precisam assegurar que os indivíduos não sejam arbitrariamente privados de nacionalidade; que os homens e mulheres disfrutem de uma situação de igualdade no que concerne à nacionalidade; e que as crianças tenham uma nacionalidade garantida em circunstâncias em que elas seriam, de outra forma, apátridas. Os parlamentares podem, também, promover a adesão dos Estados às duas Convenções das Nações Unidas sobre apatridia, que fornecem o marco normativo para uma resposta internacional harmonizada ao problema.

A revisão deste Manual sobre nacionalidade e apatridia, produzido juntamente pela União Interparlamentar e o ACNUR, oferece uma riqueza de informações sobre temas contemporâneos de apatridia, desenvolvimentos na doutrina legal internacional, exemplos de boas-práticas e possíveis soluções. O Manual também recomenda ações que podem ser tomadas por parlamentares, oficiais de governo, organizações da sociedade civil e outros, para tratar dos desafios da apatridia. Estamos confiantes de que este Manual servirá como uma ferramenta útil para reduzir e, em última instância, erradicar, o problema da apatridia, eliminando seu impacto devastador em milhões de mulheres, homens, meninos e meninas.



**Anders B. Johnsson**

Secretário Geral da União  
Interparlamentar



**António Guterres**

Alto Comissário das Nações  
Unidas para Refugiados

# Introdução

Os cidadãos de um país muitas vezes pressupõem como garantidos os direitos e obrigações conferidos pela nacionalidade. A maioria de nós pode matricular os filhos na escola, acessar os serviços médicos quando estamos doentes, procurar emprego quando for preciso e votar para eleger os nossos representantes. Sentimos que temos uma participação no país em que vivemos; temos um profundo sentimento de pertencimento a algo que é maior do que nós enquanto indivíduos.

Mas como é a vida para as pessoas que não têm nacionalidade, para os que são apátridas? Sem nacionalidade, uma pessoa não pode se registrar para votar no país onde vive, não pode requerer um documento de viagem, não pode se casar. Em alguns casos, os indivíduos que são apátridas e se encontram fora do seu país de origem ou país de residência habitual anterior podem ser detidos por períodos prolongados, se tais países se recusarem a autorizar o retorno aos seus territórios. Muitas vezes, até mesmo os direitos mais básicos, como o direito à educação, à saúde e ao trabalho, são negados a indivíduos que não podem provar um vínculo de nacionalidade com um país..

Nenhuma região do mundo está isenta dos problemas que geram a apatridia. No entanto, o número exato de apátridas no mundo é desconhecido. Os Estados são muitas vezes relutantes ou incapazes de fornecer informações precisas; poucos dispõem de mecanismos para registrar os apátridas, sendo que os apátridas não estão, muitas vezes, dispostos a serem identificadas por conta da falta de uma residência segura. No entanto, um número crescente de Estados está trabalhando com o ACNUR para calcular o número de apátridas em seu território. O ACNUR estima que milhões de pessoas no mundo vivem sem nenhuma nacionalidade.

A apatridia, que foi reconhecida pela primeira vez como um problema mundial na primeira metade do século XX, pode ocorrer como resultado de lacunas nas leis de nacionalidades dos Estados, da sucessão de Estados, da marginalização prolongada de grupos específicos dentro da sociedade, ou da privação da nacionalidade de determinados grupos ou indivíduos. A apatridia está normalmente associada a períodos de mudanças profundas nas relações internacionais. A remarcação de novas fronteiras internacionais, a manipulação dos sistemas políticos por parte de líderes nacionais a fim de alcançar fins políticos

**“Quando me dizem ‘Não’ no país onde eu moro; quando me dizem ‘Não’ no país onde eu nasci; quando me dizem ‘Não’ no país dos meus pais; escutar continuamente ‘Você não é dos nossos’! Sinto que sou ninguém e nem sequer sei por que vivo. Como apátrida, você está sempre rodeada por um sentimento de desprezo.”**

Lara, antiga apátrida

questionáveis e/ou a denegação ou privação da nacionalidade para excluir e marginalizar minorias raciais, religiosas ou étnicas, têm resultado em apatridia em várias regiões do mundo. Nos últimos 20 anos, um número crescente de pessoas foi privado da sua nacionalidade ou não pôde obter uma nacionalidade efetiva. Se essas situações continuarem, o sentimento de exclusão nas populações afetadas poderá provocar deslocamentos e até mesmo conflitos.

Este manual pretende oferecer aos parlamentares uma visão panorâmica dos princípios internacionais que regulam a nacionalidade e apatridia. Os Estados têm uma ampla discricionariedade em definir o corpo inicial de cidadãos e as condições de aquisição, perda e manutenção da cidadania. Contudo, os princípios de direitos humanos desenvolvidos ao longo do século XX limitam essa discricionariedade se esta puder resultar em apatridia e/ou se for aplicada de forma discriminatória.

Apesar de os Estados trabalharem juntos para resolver os problemas associados à apatridia, ainda existem milhões de pessoas em todo o mundo que não têm uma nacionalidade. Este manual descreve os direitos e obrigações dos apátridas, como pessoas protegidas pelo direito internacional, especialmente através da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954. Este manual também descreve as principais causas da apatridia e assinala como os governos podem garantir que a aplicação das suas leis de nacionalidade não leve, inadvertidamente, a situações de apatridia.

O ACNUR é a agência da ONU encarregada de ajudar a reduzir a incidência da apatridia e a assistir pessoas apátridas a adquirirem uma nacionalidade. Este manual descreve o que o ACNUR faz para cumprir esse papel. Também sugere medidas práticas que os parlamentares podem tomar para ajudar a reduzir a incidência da apatridia, revendo e, se necessário, reformando as leis de nacionalidade do próprio país, promovendo a adesão dos seus governos aos tratados internacionais sobre a apatridia e conscientizando a opinião pública sobre os problemas associados à apatridia.

Este manual também oferece exemplos positivos de como situações prolongadas de apatridia foram resolvidas, graças à vontade política dos Estados interessados, à participação da sociedade civil e à assistência da comunidade internacional. Estas “boas práticas” demonstram que quando os governos, a sociedade e a comunidade internacional trabalham juntos, os apátridas podem finalmente desfrutar “do direito à nacionalidade”.

**“Ser privado da nacionalidade é como ser privado da pertença ao mundo, é como retornar ao estado natural, como homens das cavernas ou selvagens... O homem que não é nada mais que um homem perdeu aquelas qualidades que tornaram possível para outras pessoas o tratamento como igual... Ele pode viver ou morrer sem deixar vestígios, sem ter contribuído em nada para o mundo comum.”**

Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo*

---



# Marco Legal Internacional do Direito à Nacionalidade e para a Redução da Apatridia



Centenas de milhares de apátridas Rohingya, de Mianmar, vivem na área litorânea de Shamlapur, em Bangladesh. Muitos se encontram em situação de servidão por dívida com donos de embarcações, com dívidas que aumentam a cada ano” ©ACNUR/Greg Constantine, 2010

A nacionalidade é um tema muito sensível, pois é uma manifestação da soberania e da identidade de um país. Não surpreende que as disputas sobre a nacionalidade possam, como às vezes ocorre, causar tensões e conflitos dentro do Estado, bem como entre Estados. Durante o século XX, houve um aumento da incidência da apatridia no mundo e uma crescente sensibilização e preocupação para com os direitos humanos. Portanto, o direito internacional relativo à nacionalidade desenvolveu-se em duas vertentes: proteger e assistir os indivíduos que já são apátridas e tentar eliminar, ou ao menos reduzir, a incidência da apatridia.

### **Quem determina se uma pessoa é um nacional de um país específico?**

Em princípio, as questões relativas à nacionalidade recaem sob a jurisdição interna de cada Estado. Ainda assim, a aplicabilidade das decisões internas pode ser limitada por ações similares de outros Estados e pelo direito internacional.

No *Parecer Consultivo relativo aos Decretos de nacionalidade promulgados na Tunísia e no Marrocos*, de 1923, a Corte Permanente de Justiça Internacional decretou que:

*“A questão de saber se uma determinada matéria está ou não submetida à jurisdição exclusiva de um Estado é uma questão essencialmente relativa: depende do desenvolvimento das relações internacionais.”*

A Corte Permanente asseverou que, embora as questões da nacionalidade sejam, em princípio, temas de jurisdição interna, os Estados também têm que cumprir as suas obrigações para com outros Estados em conformidade com as normas do direito internacional.

Esta abordagem foi reiterada sete anos depois na Convenção da Haia sobre Determinadas Questões Relativas aos Conflitos de Leis sobre a Nacionalidade (Convenção de Haia de 1930). Com efeito, muitos Estados comentaram o parecer consultivo da Corte Permanente de 1923 porque se relacionava com a preparação da Convenção da Haia de 1930. A maioria dos Estados interpretou o parecer consultivo como uma limitação territorial à aplicabilidade das decisões relativas à nacionalidade tomadas por um Estado, especialmente quando essas decisões estão em conflito com decisões sobre nacionalidade tomadas por outros Estados.

A Convenção da Haia de 1930, realizada sob os auspícios da Assembleia da Liga das Nações, foi a primeira tentativa internacional para garantir que todas as pessoas adquirissem uma nacionalidade. O Artigo 1º da Convenção estabelece que:

*“Cabe a cada Estado determinar, segundo a sua própria legislação, quem são os seus cidadãos. Essa legislação será reconhecida por outros Estados na medida em que seja compatível com as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios de direito geralmente reconhecidos em matéria de nacionalidade.”*

Em outras palavras, a forma como um Estado exerce o seu direito de definir quem são os seus cidadãos deve estar de acordo com as normas pertinentes do direito internacional.

O Artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabelece que:

*“Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.”*

Este direito é baseado na existência de um vínculo genuíno e efetivo entre o indivíduo e o Estado. A Corte Internacional de Justiça explicou o significado da nacionalidade e dos vínculos que lhe são subjacentes em 1955, no caso *Nottebohm*:

*“De acordo com a prática dos Estados, as decisões arbitrais e judiciais e a opinião da doutrina, a nacionalidade é um vínculo jurídico que tem como base um fato social de vinculação, uma genuína conexão de existência, interesses e sentimentos, junto com a subsistência de direitos e deveres recíprocos.”*

O vínculo genuíno, do qual deflui o direito à nacionalidade, se manifesta em razão de nascimento, residência e/ou descendência, e atualmente é contemplado nas disposições legislativas sobre a nacionalidade da maioria dos Estados, bem como em recentes instrumentos internacionais relativos à nacionalidade, como a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade (CNE), de 1997.

Da mesma forma, a nacionalidade é definida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos como:

*“[o] elo político e jurídico que vincula uma pessoa a um determinado Estado, e que os vincula através de laços de lealdade e fidelidade, conferindo-lhe o direito à proteção diplomática daquele Estado” (Castillo-Petruzzi e outros contra Peru, Sentença de Maio de 1999, CIDH [Ser.C] N° 52, 1999).*

## **Como se protegem os direitos dos refugiados e apátridas?**

Apesar do artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmar que todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade, ele não assinala a que nacionalidade específica a pessoa tem direito. Para garantir que os indivíduos não sejam privados de um conjunto mínimo de direitos relativos à nacionalidade, a comunidade internacional desenvolveu dois tratados fundamentais: a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (a Convenção de 1951) e a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (a Convenção de 1954).

## **Existe algum vínculo entre a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e a questão da apatridia?**

Após a Segunda Guerra Mundial, uma das questões mais prementes para os Estados-membros da recém-criada Organização das Nações Unidas era como responder às necessidades das milhões de pessoas que, por causa da guerra, se tornaram refugiadas ou apátridas. Uma resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), de 1949, levou à designação de um Comitê Ad Hoc, cuja tarefa foi a de considerar a redação de uma Convenção sobre o estatuto dos refugiados e apátridas, e considerar propostas para eliminar a apatridia.

Finalmente, os membros do comitê redigiram um projeto de Convenção sobre o estatuto dos refugiados e um Protocolo à convenção dedicado aos apátridas. O Comitê não se dedicou plenamente ao tema da eliminação da apatridia porque presumia que a recém-formada Comissão de Direito Internacional (CDI) iria se ocupar do assunto.

Historicamente, tanto os refugiados como os apátridas receberam proteção e assistência das organizações internacionais para os refugiados que precederam o ACNUR. O projeto de Protocolo

sobre a apatridia pretendia refletir esta relação entre refugiados e apátridas. Mas a urgência das necessidades dos refugiados e a iminente dissolução da Organização Internacional para os Refugiados não permitiram tempo suficiente para uma análise detalhada da situação dos apátridas na Conferência de Plenipotenciários de 1951, que tinha sido convocada para apreciar os dois temas. Neste sentido, a Convenção de 1951 sobre Refúgio foi adotada na Conferência, enquanto que a adoção do Protocolo sobre apatridia foi adiada para uma data posterior.

Um apátrida pode ter direito a ser protegido pela Convenção de 1951 sobre Refúgio. Um refugiado apátrida recebe proteção como refugiado porque a negação arbitrária da cidadania por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas pode indicar que o indivíduo deve ser reconhecido como refugiado.

## O que estabelece a Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas?

O Protocolo sobre Apatridia, que tinha sido elaborado como adendo à Convenção de 1951 sobre Refúgio, tornou-se uma convenção autônoma em 1954. A Convenção de 1954 é o principal instrumento internacional que visa regulamentar e melhorar a condição das pessoas apátridas, bem como garantir que elas gozem dos seus direitos e liberdades fundamentais, sem discriminação. (Ver Anexo 1 para a lista dos Estados Partes da Convenção de 1954).

As disposições da Convenção de 1954 são, em muitos aspectos, muito similares às da Convenção de 1951 sobre Refúgio. A adesão à Convenção não substitui a outorga da nacionalidade às pessoas nascidas ou residentes habituais no território de um Estado. Não importa quão amplo possam ser os direitos reconhecidos a uma pessoa apátrida, estes não são equivalentes à aquisição da nacionalidade.

A Convenção de 1954, em seu Artigo 1 (1), inclui uma definição estritamente jurídica de apátrida:

*“Toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional”*

As pessoas que se enquadram na definição do Artigo 1 (1) da Convenção de 1954 são, muitas vezes, referidas como apátridas *de jure*. Por outro lado, é feita uma referência aos apátridas *de facto* na Ata Final. O termo apátrida *de facto* não é definido em nenhum instrumento internacional e não há regime de tratado específico para essa categoria de pessoas. A definição operacional do ACNUR para os apátridas *de facto* é de pessoas que se encontram fora de seu próprio país e que são incapazes ou, por razões válidas, não querem se sujeitar à proteção diplomática daquele Estado.

## Quem é um nacional? Quem é um refugiado?

Ser considerado um nacional segundo a legislação significa que um indivíduo é considerado automaticamente um cidadão nos termos dos instrumentos legais relativos à cidadania vigentes no Estado ou que a nacionalidade foi outorgada ao indivíduo através de uma decisão tomada pelas autoridades competentes. A maioria das pessoas é considerada nacional segundo a legislação de um só Estado - geralmente de acordo com as leis do Estado em que a pessoa nasceu (*jus soli*) ou com as leis do Estado de que eram nacionais os pais da pessoa quando esta nasceu (*jus sanguinis*).

Nos casos em que um procedimento administrativo permite discricionariedade na outorga da nacionalidade, os solicitantes da nacionalidade não podem ser considerados como nacionais até que os seus pedidos tenham sido completados e aprovados, e que lhes seja concedida a nacionalidade do Estado conforme a lei. Aquelas pessoas definidas em lei como elegíveis para a aquisição da nacionalidade, mas cujos pedidos foram negados, não são nacionais desse Estado segundo a sua legislação.

O *Manual do ACNUR sobre a Proteção dos Apátridas* oferece orientações aos Estados, ao ACNUR e a outros atores sobre como interpretar o Artigo 1 (1) da Convenção de 1954 para facilitar identificação e o tratamento adequado aos beneficiários da Convenção de 1954.

Apesar de a Convenção de 1954 estabelecer a definição legal internacional de “apátrida”, e os padrões de tratamento dos quais tais indivíduos são titulares, ela não prescreve nenhum mecanismo de identificação de apátridas. No entanto, está implícito na Convenção de 1954 que os Estados devem identificar os apátridas dentro de suas jurisdições para oferecer-lhes o tratamento apropriado, a fim de cumprir com os compromissos assumidos na Convenção de 1954. O *Manual do ACNUR sobre a Proteção dos Apátridas* oferece orientações aos Estados e ao ACNUR sobre o estabelecimento de procedimentos nacionais que têm como objetivo específico a determinação de apatridia. Através de suas representações/escritórios ou de seus serviços na Sede, o ACNUR está à disposição para oferecer conselhos sobre como criar e implementar esses procedimentos, se solicitado.

### **Um apátrida pode também ser um refugiado?**

Apesar de a maioria dos apátridas viver no país onde nasceu, um número significativo fugiu de seus países para evitar uma perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social específico ou opinião política. Tais pessoas são refugiadas apátridas.

Geralmente, a apatridia não constitui, por si só, uma perseguição de acordo com a definição de refugiado presente na Convenção de 1951, mas pode certamente ser um elemento da perseguição se considerada conjuntamente com outros fatores. Privação arbitrária da nacionalidade por motivos discriminatórios pode, por si só, dar origem a um fundado temor de perseguição, particularmente quando essa privação resulta em apatridia.

Os redatores da Convenção de 1951 sobre Refúgio e da Convenção de 1954 decidiram criar dois regimes legais separados para proteger refugiados e apátridas. Enquanto a Convenção de 1951 aplica-se aos refugiados, incluindo aqueles que são apátridas, a Convenção de 1954 foi desenhada para apátridas que não são refugiados.

Em sua maioria, os direitos garantidos às pessoas apátridas na Convenção de 1954 são os mesmos estabelecidos na Convenção de 1951 sobre Refúgio. No entanto, dada a situação específica dos refugiados, a Convenção de 1951 contém referências específicas ao *non-refoulement* e à não-penalização da presença ou da entrada irregular em um território. Esses princípios não estão presentes na Convenção de 1954. Dessa forma, se uma pessoa se qualifica como refugiado e também apátrida, o Estado deve aplicar, neste caso, as provisões mais favoráveis da Convenção de 1951.

## O que estabelece a Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia?

Considerando as diferentes abordagens adotadas por cada Estado sobre a aquisição ou perda da nacionalidade, alguns indivíduos continuam a “cair pelas lacunas” e se tornam apátridas. Regras comuns são, portanto, essenciais para resolver tais lacunas.

Em 1950, a CDI iniciou um processo de redação de normas que posteriormente emergiriam como a Convenção de 1961 para a Redução dos casos de Apatridia (a Convenção de 1961). A Convenção de 1961 é o único instrumento universal que elabora salvaguardas claras, detalhadas e concretas, assegurando uma resposta justa e apropriada para a ameaça da apatridia.

Os artigos da Convenção de 1961 têm como objetivo evitar a apatridia no momento do nascimento e ao longo da vida, mas nenhum deles proíbe a possibilidade de revogação da nacionalidade em determinadas circunstâncias, nem requer que os Estados concedam uma nacionalidade para todas as pessoas que são apátridas atualmente. A Convenção estabelece também a criação de um organismo para o qual as pessoas que podem se beneficiar das disposições da Convenção de 1961 possam recorrer para terem seus pedidos examinados e para buscar assistência na apresentação do pedido às autoridades apropriadas. Posteriormente, a Assembleia Geral solicitou ao ACNUR o cumprimento dessa função (Ver o anexo 2 da lista de Estados Partes da Convenção de 1961).

Na tentativa de reduzir a incidência dos casos de apatridia, a Convenção de 1961 exige que os Estados signatários adotem uma legislação sobre nacionalidade que contemple os parâmetros prescritos para a aquisição ou perda da nacionalidade. Caso ocorram litígios relativos à interpretação ou aplicação da Convenção entre os Estados contratantes, e no caso de não poderem ser resolvidos por outros meios, poderão ser submetidos à Corte Internacional de Justiça, a pedido de uma das partes na disputa.

O *Manual do ACNUR de Proteção aos Apátridas* oferece orientação para os governos, para o ACNUR e outros atores sobre como interpretar e aplicar os Artigos 1-4 e 12 da Convenção de 1961, que têm como objetivo evitar a apatridia entre crianças.

**“Um dia fiquei parado entre duas fronteiras e não podia entrar em nenhum país. Foi o dia mais inesquecível da minha vida! Não podia entrar no país de onde vinha, e também não podia entrar no país onde nasci, cresci e vivi! A que país pertencço? Ainda não esqueci o grande sentimento de perda que experimentei no aeroporto”.**

Chen, antigo apátrida

---

## Como o Direito Internacional dos Direitos Humanos garante o direito à nacionalidade?

Existem vários outros instrumentos jurídicos internacionais relativos ao direito à nacionalidade. O Artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todas as pessoas têm direito a uma nacionalidade e que nenhuma pessoa pode ser arbitrariamente privada de sua nacionalidade.

O direito de toda criança de adquirir uma nacionalidade foi posteriormente estabelecido no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1966 (ICCPR, em inglês). O Artigo 24 estabelece que:

*“Toda criança, terá direito, sem discriminação alguma por motivo de cor, sexo, religião, origem nacional ou social, situação econômica ou nascimento, às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte de sua família, da sociedade e do Estado.”*

*“Toda criança deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento e deverá receber um nome.”*

*“Toda criança terá o direito de adquirir uma nacionalidade.”*

O Artigo 26 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos também estabelece uma cláusula não discriminatória que se aplica de forma bastante abrangente, inclusive à legislação nacional e em como esta é implementada.

*“Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.”*

A Convenção de 1965 sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (CERD, em inglês) obriga os Estados a “garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei, sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica”, particularmente no gozo de vários direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à nacionalidade (Artigo 5º).

O Artigo 9º da Convenção de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, em inglês) lida com uma das principais causas de apatridia – a discriminação contra as mulheres nas leis sobre nacionalidade, estabelecendo que:

*“Os Estados-Partes outorgarão às mulheres direitos iguais aos dos homens para adquirir, mudar ou conservar sua nacionalidade. Garantirão, em particular, que nem o casamento com um estrangeiro, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento, modifiquem automaticamente a nacionalidade da esposa, a convertam em apátrida ou a obriguem a adotar a nacionalidade do cônjuge.”*

*“Os Estados-Partes outorgarão à mulher os mesmos direitos que ao homem no que diz respeito à nacionalidade dos filhos.”*

A Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança, que foi já ratificada por quase todos os Estados, contém dois importantes artigos que dizem respeito à nacionalidade:

O Artigo 2º estipula que:

*“Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a toda criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição económica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.”*

O Artigo 7º estabelece que:

*“A criança será registada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles.”*

O Artigo 8º prevê que:

*“Os Estados Partes se comprometem a respeitar o direito da criança de preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares, de acordo com a lei, sem interferências ilícitas.”*

O Artigo 29º da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, de 1990, estabelece que:

*“O filho de um trabalhador migrante tem o direito a um nome, ao registro do nascimento e a uma nacionalidade.”*

O Artigo 18º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, estabelece que:

*“1. Os Estados Partes reconhecerão os direitos das pessoas com deficiência à liberdade de movimento, à liberdade de escolher sua residência e à nacionalidade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, inclusive assegurando que as pessoas com deficiência:*

*(a) Tenham o direito de adquirir nacionalidade e mudar de nacionalidade e não sejam privadas arbitrariamente de sua nacionalidade em razão de sua deficiência”*

*“2. As crianças com deficiência serão registradas imediatamente após o nascimento e terão, desde o nascimento, o direito a um nome, o direito de adquirir nacionalidade e, tanto quanto possível, o direito de conhecer seus pais e de ser cuidadas por eles.”*



## Existem tratados regionais que se referem ao direito à nacionalidade?

Instrumentos regionais reforçam a base legal do direito à nacionalidade. O Artigo 20º da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 não se refere somente ao direito à nacionalidade, mas também inclui uma garantia para prevenir que as crianças se tornem apátridas no nascimento:

*“Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. Toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território tiver nascido, se não tiver direito a outra. A ninguém se deve privar arbitrariamente da sua nacionalidade nem do direito de mudá-la.”*

Estes princípios foram posteriormente reafirmados pela jurisprudência da Corte Interamericana. Embora a Corte tenha confirmado que as condições segundo as quais se outorga a nacionalidade permanecem dentro da jurisdição estatal, também estabeleceu que:

*“Apesar de ser tradicionalmente aceito que a determinação e regulação da nacionalidade são assuntos da competência de cada Estado, a evolução contemporânea nessa matéria nos mostra que o direito internacional impõe certos limites à discricionariedade dos Estados e que, no estado atual, na regulamentação da nacionalidade não concorrem só as competências dos Estados.” (Corte Interamericana de Direitos Humanos. Parecer consultivo, “Proposta de modificação à Constituição Política da Costa Rica relacionada com a naturalização”, parágrafos 32-34; texto em HRLJ 1984).*

Em outras palavras, os Estados têm que ter em conta as repercussões internacionais das suas legislações internas sobre a nacionalidade, especialmente quando a aplicação dessas legislações pode resultar em apatridia.

A Convenção Europeia sobre a Nacionalidade (CEN), um instrumento regional elaborado pelo Conselho da Europa, foi criado por conta da evidente necessidade de criar um único texto que consolidasse todos os desenvolvimentos nas legislações domésticas e internacionais sobre nacionalidade desde que a Convenção de Haia de 1930 tratou do assunto dos conflitos das leis de nacionalidade. Ao contrário de tratados mais antigos adotados na Europa, ele também permite a aquisição de múltiplas nacionalidades por parte de casais de diferentes nacionalidades e seus filhos. A

**“Às vezes eu me odeio. Eu sinto que não sou um ser humano. Eu não consigo aguentar. Meus amigos vivem uma vida normal. Eu não consigo. Meu sonho de ter um carro, eu não posso conquistar. Mesmo se eu tivesse o dinheiro para comprá-lo, eu nunca poderia registra-lo no meu nome. Eu sonho em me casar, mas um homem me rejeitou porque eu não tenho nacionalidade. Eu me sinto uma prisioneira. Os documentos libaneses valem mais que ouro, você pode pagar milhões e ainda assim não obtê-los. É difícil, para mim, ver garotas libanesas que têm uma nacionalidade e seus documentos, especialmente quando elas não estão aproveitando seu status como poderiam: estudando, trabalhando, alimentando os sonhos que eu gostaria de atingir, mas não posso”**

Zeinab, uma mulher apátrida que vive no Líbano.

---

Convenção também trata das questões de aquisição, retenção, perda e recuperação da nacionalidade, direitos processuais, nacionalidade no contexto de sucessão do Estado, obrigações militares e cooperação entre Estados-parte. Ela contém diversas normas que têm como objetivo prevenir a ocorrência de apatridia. A CEN se refere à Convenção de 1954 por sua definição de apátrida. A recente experiência europeia com a sucessão de Estados levou ao reconhecimento de que um grande número de pessoas corre o risco de se tornarem apátridas, porque elas podem perder sua nacionalidade antes de adquirirem outra. Em um esforço de evitar a apatridia por conta da sucessão de Estados – que pode ocorrer como resultado de uma transferência de território de um Estado para outro, unificação de Estados, dissolução de um Estado, ou separação de partes de um território – o Conselho da Europa adotou a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia em relação à Sucessão de Estados. A Convenção, que foi adotada no dia 15 de Março de 2006, contém regras específicas sobre a nacionalidade em casos de sucessão de Estados. Seus 22 artigos oferecem orientações práticas em assuntos como as responsabilidades dos Estados sucessores e predecessores, as regras relativas à prova, à prevenção da ocorrência de apatridia no momento do nascimento, e à facilitação da aquisição de nacionalidade para pessoas apátridas.

Em 1999 a Organização da Unidade Africana (hoje União Africana) aprovou a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança. Inspirando-se na Convenção sobre os Direitos da Criança, a Carta compartilha alguns princípios fundamentais daquele outro tratado, como a proibição da discriminação e consideração do interesse superior da criança. O Artigo 6º da Carta, que trata do nome e da nacionalidade, e que contém uma garantia chave para prevenir a apatridia entre as crianças, estabelece que:

- Toda criança tem direito a um nome desde o seu nascimento;
- Toda criança deverá ser registrada imediatamente após o seu nascimento;
- Toda criança tem direito a adquirir uma nacionalidade; e
- Os Estados-Parte da presente Carta devem tomar todas as medidas para assegurar que as suas legislações constitucionais reconheçam o princípio segundo o qual a criança tem direito a adquirir a nacionalidade do Estado do território no qual ele/ela tenha nascido, se no momento do seu nascimento ele/ela não tiver direito à nacionalidade de nenhum outro Estado de acordo com a sua legislação.

O Pacto sobre os Direitos das Crianças no Islã foi adotado pela 32ª Conferência Islâmica de Ministros das Relações Exteriores em Junho de 2005. Ele estabelece que:

- Toda criança deve ter o direito, desde o nascimento, a um nome;
- Toda criança deve ter o direito de ser registrada;
- Os Estados-Parte do Pacto devem fazer todos os esforços para resolver o tema da apatridia para qualquer criança nascida em seus territórios, ou para quaisquer de seus cidadãos fora do território; e
- Órfãos devem ter o direito a um nome, título e nacionalidade.

# Identificação e proteção dos apátridas



Milhares de crianças migrantes apátridas nascidas em Sabah não adquirem a nacionalidade malaia no nascimento, tampouco adquirem documentos de identidade. Impossibilitadas de terem acesso às escolas malaias, elas frequentemente acabam em trabalhos informais em mercados como este, em Kota Kinabalu” ©ACNUR/Greg Constantine, 2010

Apesar dos esforços para reduzir a incidência da apatridia através de leis domésticas sobre nacionalidade e da aplicação da Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia e de outros instrumentos internacionais, o ACNUR estima que existam milhões de pessoas no mundo que não possuem uma nacionalidade. A Convenção de 1954 define quem é um apátrida, promove a aquisição de uma identidade legal para estes indivíduos e garante que os apátridas gozem de direitos e liberdades fundamentais sem discriminação.

### Quem é um apátrida?

A Convenção de 1954 define o apátrida como uma pessoa que “não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional” (Artigo 1º). Esta é uma definição meramente jurídica. Ela não se refere aos direitos usufruídos pelos nacionais, à maneira como a nacionalidade é concedida ou ao acesso à nacionalidade. Determinar se um indivíduo é considerado um nacional de um Estado de acordo com a sua legislação requer uma análise cuidadosa de como um Estado aplica na prática a sua legislação sobre nacionalidade em casos individuais e quaisquer decisões de recurso/apelação que possam ter um impacto na condição e um indivíduo.

Para provar uma situação de apatridia, os Estados devem analisar a legislação sobre a nacionalidade dos Estados com os quais o indivíduo tenha tido laços anteriores (em razão de nascimento, residência habitual anterior, de quais Estados o cônjuge ou os filhos são nacionais, de quais Estados os pais ou os avós são nacionais), assim como examinar a informação sobre como a legislação é implementada na prática, incluindo quaisquer informações sobre o tratamento da pessoa ou população em questão. Se necessário, a autoridade que faz a determinação pode consultar tais Estados e requerer provas, conforme necessário. Os indivíduos têm o dever de fornecer um relato de sua posição o mais completo e verdadeiro possível, e de submeter todas as evidências razoavelmente disponíveis. O ACNUR pode facilitar as consultas entre os Estados e fornecer informações técnicas sobre as legislações relevantes e a aplicação delas em diferentes Estados, conforme solicitado.

A documentação fornecida pelas autoridades governamentais competentes por meio da qual se certifica que o indivíduo em questão não é nacional daquele Estado é geralmente uma forma confiável de comprovar a apatridia. Contudo, é possível que esse tipo de prova nem sempre esteja disponível. As autoridades competentes do país de origem ou do país de

**“Não podemos conseguir empregos regulares, não podemos nos movimentar, somos como navios sem porto. O acesso à educação e aos serviços de saúde é um problema. Eu não pude terminar a escola secundária nem ir para a universidade. Só posso ir ao médico em hospitais privados, nos públicos não ”**

Abdullah, um apátrida Bidoon que vive nos Emirados Árabes Unidos

---

residência anterior podem se recusar a emitir documentos que atestam que a pessoa não é seu nacional ou podem simplesmente não responder aos pedidos de informação. Algumas autoridades estatais podem considerar que elas não têm a responsabilidade de indicar quais pessoas não têm vínculos com o seu país. Conclusões em relação à falta de resposta somente devem ser feitas depois de um período razoável de tempo. Se um Estado adota uma política geral de nunca responder a tais solicitações, nenhuma inferência pode ser feita apenas com base nesta ausência de resposta. Contrariamente, no caso de Estados que rotineiramente respondem a tais consultas, uma falta de resposta geralmente representará uma forte confirmação de que o indivíduo em questão não é um nacional.

### **Pode um indivíduo ser excluído das disposições da Convenção de 1954?**

O preâmbulo da Convenção de 1954 indica que os refugiados apátridas são abrangidos pela Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, portanto, eles não são considerados pela Convenção de 1954.

Além de definir o termo “apátrida”, o Artigo 1º da Convenção de 1954 define quais são os indivíduos que, apesar de estarem incluídos dentro do alcance da definição (ou seja, apesar de serem apátridas) são excluídos da aplicação da Convenção de 1954 por razões determinadas, seja por não precisarem de proteção, ou porque não merecerem proteção internacional por causa de atos individuais. Isto inclui as pessoas:

- *“que atualmente beneficiam de proteção ou assistência por parte de organismos ou agências das Nações Unidas, que não seja o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, enquanto receberem essa proteção ou assistência.”*  
O Organismo da ONU de Obras Públicas e Socorro aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio é a única agência atualmente abrangida por esta cláusula.
- *“que foram reconhecidos pelas autoridades competentes do país onde tenham fixado a sua residência como titulares de direitos e obrigações inerentes à posse da nacionalidade desse país.”*  
Isto significa que se uma pessoa apátrida fixou legalmente a sua residência num Estado e goza de direitos mais amplos do que os estabelecidos pela Convenção de 1954, em particular de plenos direitos econômicos e sociais, equivalentes aos dos nacionais, e essa pessoa esteja protegida contra a expulsão, não há necessidade de aplicar as disposições da Convenção a esse indivíduo, apesar de ele ser um apátrida.
- *“que cometeram um crime contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a humanidade, conforme definido nos instrumentos internacionais; que cometeram um grave crime de direito comum fora do país da sua residência antes da sua admissão no referido país; ou que praticaram atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.”*

## Quando se considera que uma pessoa deixa de ser apátrida?

A condição de apátrida deixa de existir quando o indivíduo adquire uma nacionalidade efetiva.

De acordo com uma emenda constitucional feita em 1994 à Constituição do Brasil, filhos de brasileiros nascidos no exterior não poderiam obter cidadania brasileira a não ser que eles voltassem a residir no Brasil. Grupos da sociedade civil estimavam que, doze anos depois, duzentas mil crianças teriam ficado em situação de apatridia. Em 2007, quando o Brasil aderiu à Convenção de 1961, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que substituiu o requisito de residência por um registro consular como pré-condição para a aquisição da nacionalidade. Essa reforma foi aplicada retroativamente, e ajudou muitas crianças apátridas a adquirirem a nacionalidade brasileira.

## Quando o processo de determinação de apatridia é a resposta apropriada?

O processo de determinação de apatridia geralmente auxilia os Estados a cumprirem com seus compromissos com a Convenção de 1954. Apesar de a Convenção de 1954 definir o conceito de apátrida, ela não estipula um procedimento para a identificação de quem é apátrida. No entanto, está implícito na Convenção de 1954 que os Estados devem identificar as pessoas apátridas em suas jurisdições para fornecer-lhes o tratamento apropriado para cumprir com seus compromissos com a Convenção.

O uso dos processos de determinação de apatridia, no entanto, é apropriado somente para aqueles apátridas que estão em contexto migratório. Para os apátridas que estão em "seu próprio país" ou para populações *in situ*, os procedimentos de determinação com o propósito de obter o status de apátrida não são apropriados por conta de seus fortes laços com tais países, como o fato de terem residência habitual de longa duração. A depender das circunstâncias das populações em análise, os Estados devem ser orientados a levar adiante campanhas de nacionalidade direcionadas a um grupo específico ou esforços de verificação de nacionalidade, ao invés de utilizar procedimentos de determinação da apatridia em relação a essas populações.

## Quais são os procedimentos para determinar se uma pessoa é apátrida?

Apenas um pequeno número de países criou procedimentos especiais para colocar em prática a determinação da apatridia. Contudo, há um interesse crescente entre os Estados de estabelecer tais procedimentos. Onde os processos de determinação de apatridia serão institucionalmente alocados é um assunto que fica à discricionariedade do Estado, e pode variar de um Estado para outro. Independentemente de onde o processo de determinação de apatridia estiver alocado dentro do quadro legal ou administrativo de um Estado, é importante que os examinadores desenvolvam uma expertise na determinação da apatridia e que garantam que os procedimentos sejam acessíveis à população de interesse. Isso requer um equilíbrio entre a centralização do conhecimento técnico para conduzir a determinação da apatridia em uma unidade administrativa ou judicial especializada, com oficiais treinados e experientes, ao mesmo tempo em que se permite que indivíduos apresentem solicitações a representantes do governo que podem estar espalhados pelo país. Alguns Estados adotaram leis executivas que indicam agências governamentais específicas – organismos que lidam com a matéria de asilo,

refugiados e apátridas, ou o Ministério do Interior, por exemplo - para a avaliação e decisão dos pedidos de determinação da apatridia.

Outros Estados, que não adotaram leis específicas sobre procedimentos para o reconhecimento da condição de apátrida, instituíram uma autoridade judicial ou administrativa, que fica encarregada de determinar se uma pessoa é apátrida.

Muitos Estados, no entanto, não têm um procedimento específico estabelecido. Em muitos desses Estados, o tema da apatridia geralmente surge durante os procedimentos de determinação da condição de refugiado. Os apátridas podem então ser “considerados” dentro desse regime, que inclui a proteção humanitária ou a proteção subsidiária. Com efeito, os apátridas podem se ver obrigados a encaminhar o seu pedido através do sistema de refúgio, simplesmente porque não existe outro procedimento disponível. As exigências de confidencialidade das solicitações de refúgio devem ser respeitadas independentemente da forma ou local do procedimento de determinação da condição de apátrida.

Alguns países não têm um procedimento específico para o reconhecimento dos apátridas, mas a questão pode surgir quando um indivíduo solicita uma autorização de residência ou um documento de viagem, ou se um pedido de refúgio é rejeitado e o solicitante requer a permanência no país de refúgio por outros motivos.

Na França, o procedimento de reconhecimento da condição de apátrida é conduzido pelo Escritório Francês para a Proteção dos Refugiados e Apátridas (OFPRA), que tem o mandato de oferecer proteção judicial e administrativa aos apátridas. Os solicitantes devem apresentar o seu pedido diretamente à OFPRA.

Nas Filipinas, a determinação da apatridia é centralizada pela Unidade de Proteção de Refugiados e Apátridas (RSPPU) que é administrada pelo Departamento de Justiça das Filipinas. Solicitações de determinação da condição de apátrida podem ser submetidas ao RSPPU, no escritório central ou em qualquer escritório de campo da Oficina de Imigração.

Na República da Moldova, o Escritório para Migração e Refúgio do Ministério das Relações Exteriores conduz processos administrativos centralizados de determinação de apatridia. As solicitações podem ser submetidas oralmente ou por escrito e podem ser iniciadas pelo indivíduo em questão ou *ex officio* por uma unidade administrativa especializada dentro do Escritório de Moldova para Migração e Refúgio.

Na Espanha, a Lei de Estrangeiros prevê que o Ministro do Interior reconhecerá a condição de apátrida através de um procedimento regulamentado por Decreto Real. Os solicitantes podem dirigir-se a uma delegacia de polícia ou à Oficina de Asilo e Refugiados (OAR). Concluída a fase de investigação, a OAR conduz o procedimento e encaminha o seu parecer fundamentado ao Ministro do Interior.

Apesar de o México não ter estabelecido um procedimento formal de determinação da apatridia, seu Manual de Critérios e Procedimentos Migratórios de 2010 estabelece que as pessoas apátridas podem receber proteção internacional através do sistema de proteção complementar do México. Apesar de o Manual estabelecer uma definição de quem se qualifica como apátrida, ele não estabelece nenhum procedimento para a determinação da apatridia em casos individuais.

O Manual do ACNUR sobre Proteção dos Apátridas oferece orientação para os governos, funcionários do ACNUR e outros atores sobre as modalidades do procedimento de determinação da apatridia, incluindo sobre as questões sobre provas que surgem nesses procedimentos.

### **Que tipo de prova é necessário?**

Dada a natureza da apatridia, os indivíduos são muitas vezes incapazes de fundamentar uma solicitação de determinação da condição de apátrida com provas documentais significantes – isso quando conseguem apresentar alguma prova. Muitos indivíduos são incapazes ou não têm consciência da necessidade de conduzir as análises necessárias das legislações de nacionalidade dos países com os quais eles têm vínculos por nascimento, descendência, casamento ou residência habitual. Ademais, o contato com as autoridades estrangeiras para requerer informações específicas sobre o caso de um indivíduo, ou orientações gerais sobre a legislação de nacionalidade do país, incluindo o esclarecimento sobre o texto e a implementação da lei, pode ser fundamental para se chegar à conclusão sobre se um indivíduo é apátrida. Em muitos casos, os Estados só responderão a tais consultas quando estas são iniciadas por oficiais do governo do outro Estado.

Os processos de determinação de apatridia devem, portanto, levar em consideração as dificuldades inerentes em se provar a apatridia. Os processos de determinação de apatridia requerem a cooperação tanto do solicitante quanto do examinador para que se obtenham evidências e se estabeleçam os fatos – o denominado ônus da prova compartilhado. Por conta das dificuldades inerentes de se provar a apatridia, o parâmetro da prova requerida para que a apatridia possa ser determinada não deve ser muito alto. Os Estados são, portanto, aconselhados a adotarem o mesmo nível de prova que aquele requerido na determinação da condição de refugiado, ou seja, que a conclusão de que um indivíduo é apátrida deve ser alcançada sempre que se determine em um “grau razoável” que um indivíduo não é considerado nacional por nenhum Estado de acordo com sua legislação. O Manual do ACNUR sobre a Proteção dos Apátridas fornece mais orientações sobre como o ônus e o nível da prova devem ser aplicados em procedimentos de determinação da apatridia.

### **Quem deve decidir se um indivíduo é apátrida?**

Para a determinação da apatridia é necessário designar funcionários qualificados, especializados na área, capazes de realizar uma análise do pedido e das provas apresentadas de forma objetiva e imparcial. Uma autoridade central responsável pela determinação reduziria o risco de decisões inconsistentes, seria mais eficaz na obtenção e divulgação de informações sobre os países de origem e, devido à especificidade do seu trabalho, poderia desenvolver de forma mais ampla as suas competências em matéria de apatridia. A determinação da condição de apátrida exige a compilação e análise de leis, regulamentos e práticas de outros Estados. Mesmo que não haja uma autoridade central, os responsáveis pela tomada de decisões se beneficiam da colaboração com colegas especializados em legislação sobre nacionalidade e apatridia, tanto no mesmo país como em outros Estados.

### **Como é que os indivíduos podem acessar o procedimento?**

A Convenção de 1954 não obriga os Estados a concederem a permanência legal a um indivíduo enquanto o seu pedido de reconhecimento da condição de apátrida estiver sendo analisado. Ainda assim, uma vez que um indivíduo se encontra no território de um Estado, a



determinação da sua situação de cidadania pode ser a única forma de identificar uma solução para os seus problemas.

Quando um indivíduo faz uma solicitação pra ser reconhecido como apátrida, ou quando as autoridades estão tentando determinar se um indivíduo é ou não um apátrida, os Estados são aconselhados a evitar removê-los de seu território enquanto estiver pendente o processo de determinação da apatridia.

Os procedimentos de determinação da apatridia devem ser formalizados em lei, assegurando justiça e transparência. O Manual do ACNUR sobre Proteção aos Apátridas traz uma lista abrangente das garantias de devido processo que devem ser respeitadas, entre elas:

- Acesso a uma entrevista;
- Assistência de um intérprete;
- Acesso à assistência jurídica;
- Fixação de prazos dentro dos quais deverão ser concluídos os processos de determinação da apatridia, contados desde o momento em que a solicitação é apresentada;
- O direito de receber s fundamentação da decisão por escrito; e
- O direito a recorrer de uma decisão negativa tomada em primeira instância sobre uma solicitação.

### **Um Estado pode deter um apátrida que não esteja em situação migratória regular?**

Ainda que a Convenção de 1954 não requeira explicitamente que os Estados garantam à pessoa que foi reconhecida como apátrida o direito de residência, a garantia de tal permissão estaria cumprindo com objetivo do tratado. Os apátridas que não tiverem o direito de permanecer legalmente no país, normalmente não devem ser detidos. Os apátridas frequentemente não possuem documentos de identidade, como carnês nacionais de identificação ou passaportes. Mesmo quando o país de residência anterior houver sido identificado, este país dificilmente aceitará imediatamente a readmissão do indivíduo. Nestas situações, a detenção deve ser evitada e pode recorrer-se a ela apenas se baseada em uma legislação nacional que esteja em evidente conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Devem ser exploradas primeiramente as alternativas à detenção, salvo se existir evidência de que as alternativas não seriam eficazes para o indivíduo em causa.

Os apátridas que não tenham uma permanência legal apenas deveriam ser detidos após consideradas todas as possíveis alternativas. Se as autoridades optarem excepcionalmente pela detenção, devem avaliar se a detenção é razoável e proporcional aos objetivos que se propõe a atingir. Se julgado necessário, a detenção deveria ser imposta somente de forma não discriminatória, ser regulada pela legislação doméstica, preferencialmente com um limite máximo em relação a tais detenções, e ser sujeita a revisões periódicas e judiciais.

## Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias

A antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas tratou da alarmante expansão da detenção arbitrária desde 1985. A Comissão solicitou à Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Proteção das Minorias a realização de um estudo detalhado sobre o assunto e a emissão de recomendações para reduzir essas práticas. Ao mesmo tempo, durante a adoção do Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão pela Assembleia Geral da ONU, em Dezembro de 1988, a Comissão manifestou a sua preocupação com as garantias deferidas às pessoas privadas de liberdade. Em 1990, no acompanhamento das recomendações formuladas no relatório da Subcomissão, a Comissão de Direitos Humanos estabeleceu um Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias. O Grupo de Trabalho adotou posteriormente os seguintes princípios orientadores sobre a detenção:

### Princípio 1

Todo solicitante de refúgio ou imigrante, quando detido para interrogatório na fronteira, ou no território nacional em caso de ingresso irregular, será informado pelo menos verbalmente e numa língua que possa compreender, da natureza e dos fundamentos da decisão que recusou a sua entrada na fronteira, ou a autorização de residência temporária, que estava sendo avaliada em relação a uma determinada pessoa.

### Princípio 2

Todo solicitante de refúgio ou imigrante deverá ter a possibilidade, enquanto estiver sob detenção, de se comunicar com o exterior, especialmente por telefone, fax ou correio eletrônico, e de contatar um advogado, um representante consular ou membros da sua família.

### Princípio 3

Todo solicitante de refúgio ou imigrante sob detenção deve ser conduzido sem demora perante um juiz ou outra autoridade.

### Princípio 4

Enquanto estiver detido, todo solicitante de refúgio ou imigrante deverá assinar um registro oficial, numerado e obrigatório, ou que ofereça garantias equivalentes, o qual deverá indicar a sua identidade, os motivos da detenção, a autoridade competente que tomou a decisão, bem como a data e hora de ingresso e saída da custódia.

### Princípio 5

No momento do ingresso no centro de detenção, todo solicitante de refúgio ou imigrante será informado acerca do regulamento interno e, quando apropriado, sobre os processos disciplinares aplicáveis e a eventualidade de ser colocado em isolamento, assim como sobre as garantias que acompanham essa medida.

## Princípio 6

A decisão deve ser tomada por uma autoridade competente para esse efeito e com um nível suficiente de responsabilidade, e deve ser fundamentada em critérios de legalidade estabelecidos por lei.

## Princípio 7

A lei deve prever um prazo máximo de detenção que em hipótese alguma poderá ser indefinido ou de duração excessiva.

## Princípio 8

A medida de detenção deverá ser notificada por escrito numa língua que o solicitante de refúgio ou imigrante possa compreender e deverá apresentar os fundamentos para esta medida; deverá especificar as condições nas quais o solicitante de refúgio ou o imigrante poderão apresentar um recurso perante uma autoridade judiciária, que decidirá sem demora sobre a legalidade da medida e, quando apropriado, ordenará a libertação da pessoa em causa.

## Princípio 9

A detenção será efetuada numa instituição pública especificamente designada para esse efeito; quando, por razões práticas, isso não for possível, o solicitante de refúgio ou imigrante será colocado em local separado daquele destinado às pessoas detidas pela prática de infrações penais.

## Princípio 10

Será permitido ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e, quando apropriado, às organizações não governamentais devidamente autorizadas o acesso aos locais de detenção.

## Quais são os direitos e deveres das pessoas reconhecidas como apátridas?

Existem alguns direitos humanos fundamentais que se aplicam a todas as pessoas independentemente da sua condição ou do tipo de permanência numa determinada jurisdição. Estes incluem, por exemplo, a proibição da tortura e o princípio de não discriminação. Com efeito, a Convenção de 1954 afirma que as suas disposições deverão aplicar-se aos apátridas *"sem discriminação por motivos de raça, religião ou país de origem"* (Artigo 3º).

Todo apátrida tem o dever de obedecer às leis e regulamentos do país em que se encontra (Artigo 2º). Tendo em conta o cumprimento dessa obrigação, o Artigo 7º(1) da Convenção de 1954 define o nível básico de proteção ao qual um apátrida tem direito. O artigo estipula que, com a exceção dos casos em que a Convenção de 1954 explicitamente prevê um tratamento mais favorável, *"todo Estado Contratante concederá aos apátridas o mesmo tratamento que conceder aos estrangeiros em geral"*.

No que diz respeito à maior parte dos direitos enumerados na Convenção de 1954, os apátridas deveriam ter pelo menos o mesmo acesso aos direitos e benefícios garantidos aos estrangeiros, particularmente em relação ao emprego remunerado (Artigos 17, 18 e 19), à moradia (Artigo 21) e à liberdade de circulação (Artigo 26). A respeito de outros direitos específicos, os Estados Contratantes devem conceder aos apátridas que residam legalmente no seu território um tratamento tão favorável quanto aquele concedido aos seus nacionais, particularmente em relação à liberdade de praticar a sua religião (Artigo 4º), aos direitos de propriedade intelectual e industrial (Artigo 14), à educação fundamental (Artigo 22), à assistência social (Artigo 23) e à legislação do trabalho e segurança social (Artigo 24).

*O Manual do ACNUR sobre a Proteção dos Apátridas* tem como objetivo auxiliar os governos a assegurarem que as pessoas apátridas desfrutem do padrão de tratamento requerido pela Convenção de 1954 e pelo direito internacional dos direitos humanos.

### **Os apátridas reconhecidos têm direito a documentos de identidade e de viagem?**

A Convenção de 1954 prevê que os Estados Contratantes deverão fornecer documentos de identidade a todo o apátrida que se encontrar no seu território e não tenha documentos de viagem válidos. O Artigo 28 estabelece que os Estados Contratantes emitirão documentos de viagem para os apátridas que residam legalmente no seu território, a menos que a isso se oponham razões imperiosas de segurança nacional ou de ordem pública.

A emissão de um documento de viagem não implica a concessão de nacionalidade a um indivíduo e não altera a sua condição.

A segunda parte do Artigo 28º conclama os Estados a emitir documentos de viagem para todos os apátridas que estejam no seu território, incluindo os que não são residentes legais. Os Estados são convidados a considerar a concessão de documentos de viagem da Convenção aos apátridas que se encontrem no seu território e que não estejam em condição de obter um documento de viagem do país em que tenham a sua residência legal. Esta disposição é particularmente importante, pois muitos apátridas podem não ter um país de residência legal. Um documento de viagem pode ajudar na identificação de um apátrida e permitir ao indivíduo procurar o ingresso em um Estado apropriado.

Os documentos de viagem são particularmente importantes para os apátridas porque lhes permite viajar para outros países para estudar, trabalhar, por motivos de saúde ou para reassentamento. Em conformidade com o Anexo da Convenção, cada Estado Contratante concorda em reconhecer a validade dos documentos de viagem emitidos por outros Estados Partes. O ACNUR pode oferecer assessoria técnica na emissão de tais documentos. Os Estados Partes na Convenção de 1954 devem emitir para os apátridas documentos de viagem convencionais de leitura automática e alinhados com os padrões e especificações determinados pelo *Guia da Organização da Aviação Civil Internacional/ACNUR para emitir documentos de viagem de leitura automática conforme as Convenções de refugiados e apátridas*.

### **Um Estado pode expulsar uma pessoa reconhecida como apátrida?**

Nos termos da Convenção, os apátridas que se encontrem legalmente no país não podem ser expulsos a não ser por razões de segurança nacional ou de ordem pública. As expulsões estão sujeitas às garantias de devido processo legal, a não ser que a isso se oponham razões

imperiosas de segurança nacional. Portanto, deverão existir garantias processuais para permitir que a pessoa possa contestar e apresentar provas contra qualquer acusação, bem como ser representada por um advogado e ter direito a interpor um recurso.

A Ata Final da Convenção de 1954 indica que a não devolução (non-refoulement) é um princípio geralmente aceito. O non-refoulement, princípio de não devolução de uma pessoa a um território onde ele ou ela correria o risco de sofrer uma perseguição, encontra-se estabelecido em diversos instrumentos internacionais, incluindo o Artigo 33 da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, o Artigo 3º da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e implicitamente no Artigo 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e em vários instrumentos regionais de direitos humanos.

Como a proibição da devolução é aceita como um princípio de direito internacional, os redatores da Convenção de 1954 não consideraram necessário incluir esse princípio nos artigos de uma Convenção que regula o estatuto de pessoas apátridas.

Quando uma decisão definitiva em relação à expulsão é tomada, a Convenção de 1954 solicita aos Estados que concedam ao indivíduo envolvido um tempo razoável para ele procurar obter admissão em outro país.

### **Que tipo de procedimento de naturalização deve estar disponível para as pessoas reconhecidas como apátridas?**

Requer-se aos Estados Partes na Convenção de 1954 que facilitem na medida do possível a assimilação e a naturalização dos apátridas (a palavra “assimilação”, não significa aqui a perda da identidade específica das pessoas envolvidas, mas sim a integração na vida econômica, social e cultural do país). Em particular, os Estados são requisitados a envidar esforços no sentido de agilizar o processo de naturalização, reduzindo, na medida do possível, as taxas e encargos do processo.

No Reino Unido, os apátridas podem ter acesso a procedimentos facilitados de naturalização. Em termos práticos, isso significa uma redução nos requisitos para obtenção de residência (que são de três anos, em contraposição aos cinco anos aplicáveis aos estrangeiros não-apátridas) e uma dispensa na realização de testes de idioma e cidadania.

Alguns países têm incluído nas suas leis de nacionalidade prazos reduzidos de residência legal para os refugiados e apátridas que queiram solicitar a naturalização.

A CEN desenvolve ainda mais essa recomendação ao solicitar que as legislações domésticas prevejam regras que tornem possível a naturalização dos estrangeiros que sejam residentes legais ou habituais no território de um país. Além disso, a CEN limita os requisitos de residência a um máximo de 10 anos antes que um indivíduo tenha o direito de apresentar uma solicitação de naturalização. A CEN também encoraja os Estados a considerar a aplicação de procedimentos acelerados de naturalização nos casos de apátridas e refugiados reconhecidos.

## Quais são as melhores formas de proteger os apátridas?

A maneira mais eficaz de proteger os apátridas é, primeiramente, adotar uma legislação que torne impossível a criação de uma situação de apatridia. (Ver o Capítulo “Prevenindo a Apatridia” para uma ampla discussão sobre a Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia e as medidas que os Estados podem tomar para reduzir ou eliminar apatridia).

Até que o problema da apatridia seja eliminado, no entanto, as pessoas reconhecidas como apátridas devem ser protegidas. A adesão e aplicação da Convenção de 1954 e a adoção de uma legislação de implementação garantirão que os direitos e obrigações dos apátridas serão respeitados.

Conforme discutido anteriormente, a Convenção de 1954 não muda a nacionalidade de um indivíduo, e tampouco obriga os Estados a admitir apátridas que não são refugiados em seu território. A aplicação das disposições da Convenção de 1954 não substitui a concessão da nacionalidade. Sempre que possível, os Estados deverão facilitar a assimilação e a naturalização dos apátridas que vivem no seu território por meio de leis de nacionalidade e da prática estatal. Para situações de apatridia em larga escala, as regras para a concessão podem mudar de forma que todas as pessoas residentes no território sejam consideradas nacionais, desde que elas tenham nascido no território (ou tenham nele residido) antes de determinada data, ou sejam descendentes de pessoas em tal situação.

O Quirguistão adotou reformas abrangentes em 2007, que permitiram que milhares de apátridas adquirissem uma nacionalidade. Aproximadamente 40 mil pessoas tinham vivido no Quirguistão sem nenhuma cidadania por mais de uma década depois da independência, sendo a maioria delas de minorias étnicas que tinham migrado de outras partes da antiga União Soviética, e não adquiriram automaticamente a cidadania quirguiz nem a cidadania de outro Estado sucessor da União Soviética. A lei de 2007 reconheceu como nacionais todos os antigos cidadãos soviéticos que eram apátridas e que tinham residido no Quirguistão por cinco anos ou mais.

Em casos excepcionais, é possível que os apátridas não gozem de um estatuto jurídico regularizado no país onde estão vivendo. Nestes casos, o reassentamento em outro país pode ser a única solução apropriada para estas pessoas. Uma vez que os critérios de reassentamento dos Estados geralmente não se aplicam às situações de apatridia (o reassentamento é utilizado mais frequentemente para os refugiados), o Comitê Executivo do ACNUR recentemente exortou os Estados a ampliar tais critérios para incluir os apátridas. Na sua Resolução n. 95 (2003), o Comitê Executivo:

*“Alenta (ExCom) os Estados a cooperar com o ACNUR no que diz respeito aos métodos destinados a resolver os casos de apatridia e a considerar a possibilidade de oferecer vagas de reassentamento quando a situação do apátrida não puder se resolver no atual país de acolhimento ou no país onde tiver tido anteriormente a sua residência habitual e quando essa situação permanecer precária...”*

O ACNUR pode oferecer assessoria e assistência aos Estados, tanto para a integração, como para o reassentamento dos apátridas.

# Prevenindo a apatridia



A maioria das crianças nesse batey (favela) são apátridas e não têm acesso aos seus direitos básicos. Milhares de Dominicanos, a maioria descendentes de haitianos, foram privados de sua nacionalidade após um Acórdão do Tribunal Constitucional em 2013. ©UNHCR/Greg Constantine, 2011

A apatridia pode resultar de várias circunstâncias. A seguir serão abordadas algumas das principais causas da apatridia, bem como algumas das ações que os Estados podem levar a cabo para evitar essas circunstâncias, especialmente ao reformar a legislação sobre a nacionalidade.

## Causas ligadas à discriminação ou à privação arbitrária da nacionalidade

### Discriminação

Uma das principais limitações à discricionariedade dos Estados para conceder ou recusar a nacionalidade é a proibição da discriminação racial. Este princípio encontra-se na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e em muitos outros tratados. Na sua Recomendação Geral sobre Discriminação contra Não-Cidadãos de 1 de outubro de 2004, o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial afirmou que:

*“A privação da cidadania em razão da raça, cor, descendência, ou origem nacional ou étnica constitui uma violação das obrigações dos Estados Partes em garantir o gozo não discriminatório do direito à nacionalidade.”*

Contudo, às vezes os indivíduos não podem adquirir a nacionalidade de um determinado Estado, apesar de com ele possuírem fortes vínculos – os quais, no caso de outras pessoas, seriam suficientes para gerar o direito à nacionalidade. A maioria dos apátridas no mundo pertence a uma minoria étnica, religiosa ou linguística. A discriminação em razão da raça, cor, etnia, religião, gênero, opinião política, ou outros fatores, pode ser evidente ou provocada inadvertidamente pelas formas como as leis são aplicadas. As leis podem ser consideradas discriminatórias se contiverem uma linguagem preconceituosa ou se da sua aplicação resultar discriminação.

### Para evitar este problema:

- Deve garantir-se que o princípio da não discriminação relativo à nacionalidade esteja positivado na Constituição e nas leis de nacionalidade e garantir, por meio de medidas judiciais e administrativas, que este princípio seja aplicado na prática.
- Os Estados devem tomar todas as medidas adequadas, tanto internamente quanto em cooperação com outros Estados, para garantirem que toda a criança tenha uma nacionalidade no momento do nascimento. Neste sentido, as crianças nascidas fora ou dentro do casamento, assim como os filhos de pais apátridas, têm o mesmo direito à nacionalidade de acordo com o direito internacional.
- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher busca garantir às mulheres direitos iguais aos dos homens para no que diz respeito à aquisição, mudança e conservação da nacionalidade. Em conformidade com os princípios estabelecidos naquela convenção, a nacionalidade do marido não deve provocar uma mudança automática na nacionalidade da mulher, tampouco torná-la apátrida ou obrigá-la a adquirir a nacionalidade do marido.



## Privação ou negação da nacionalidade

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que ninguém poderá ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade. A Convenção de 1961 e a CEN limitam rigorosamente os casos em que os Estados podem provocar a perda da nacionalidade. Toda perda de nacionalidade deve ser acompanhada de plenas garantias processuais e não deverá resultar em apatridia.

A desnacionalização acontece quando um Estado priva um indivíduo da sua nacionalidade, geralmente porque este Estado está envolvido com práticas discriminatórias. Muitos dos apátridas do mundo foram privados arbitrariamente das suas nacionalidades.

### Para evitar este problema:

- O princípio básico do direito internacional é que ninguém pode ser privado da sua nacionalidade se essa privação resultar em apatridia.
- A Convenção de 1961 contempla as exceções seguintes a esse princípio:
  - Nacionalidade obtida por declaração falsa ou fraude;
  - Perda da nacionalidade em razão de residência no estrangeiro (ver acima);
  - Ações incompatíveis com o dever de lealdade, seja pela violação a uma proibição expressa de prestar serviços a outro Estado, ou por uma conduta pessoal gravemente prejudicial aos interesses vitais do Estado (só se assim for especificado na legislação nacional no momento da assinatura, ratificação ou adesão à Convenção).
  - Juramento ou declaração formal de lealdade a outro Estado, ou repúdio da lealdade ao Estado (só se assim for especificado na legislação no momento em que a Convenção de 1961 for assinada).

Em 1980, os curdos Faili, uma minoria majoritariamente Shia que vivia em certas províncias do Iraque, foram despojados de sua cidadania iraquiana por um decreto emitido por Saddam Hussein. Suas propriedades foram confiscadas e muitos foram deportados para o Irã, onde passaram a viver em campos como refugiados. A Constituição do Iraque de 2005 e a Lei de Nacionalidade do Iraque de 2006 revogaram o decreto anterior que tinha desnacionalizado os curdos Faili, afirmando que as pessoas que tiveram sua nacionalidade removida pelo governo anterior poderiam readquiri-la. Desde então, quase 100 mil indivíduos readquiriram sua nacionalidade iraquiana.

Um Estado Parte da Convenção de 1961 só poderá privar um indivíduo da sua cidadania em razão dos motivos indicados acima se isso for especificado no momento da assinatura, ratificação ou adesão, e desde que em conformidade com a lei e acompanhada de todas as garantias processuais, como o direito ao contraditório. Um Estado Contratante não poderá privar uma pessoa, ou grupo de pessoas, da sua nacionalidade por motivos raciais, étnicos, religiosos ou políticos.

- A CEN limita ainda mais a capacidade dos Estados de privar os indivíduos da sua nacionalidade, se isso implicar em apatridia. Segundo a CEN, a privação da nacionalidade só se justifica em casos de aquisição da nacionalidade por fraude ou falsas declarações. Contudo, quando a privação da nacionalidade não resultar em apatridia, um Estado pode privar um cidadão da sua nacionalidade pelas seguintes razões:

- aquisição voluntária de outra nacionalidade;
- prestação voluntária de serviço militar em forças armadas estrangeiras;
- conduta que prejudique seriamente os interesses vitais do Estado Parte;
- ausência de um vínculo genuíno entre o Estado Parte e um nacional que resida habitualmente no estrangeiro;
- quando as condições prévias que levariam à aquisição automática da nacionalidade do Estado, nos termos da sua legislação doméstica, não foram cumpridas (aplicável apenas aos menores); ou
- quando uma criança adotada adquire ou possui a nacionalidade estrangeira de um ou de ambos os pais adotivos.

## Principais disposições da Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia

### Sobre a concessão da nacionalidade (Artigos 1º, 2º, 3º e 4º)

A nacionalidade será concedida às pessoas que, de outro modo, seriam apátridas e que tenham um vínculo efetivo com o Estado por nascimento ou descendência. A nacionalidade será concedida:

- no momento do nascimento, por aplicação da lei a uma pessoa nascida no território do Estado;
- por aplicação da lei em uma determinada idade, a uma pessoa nascida no território do Estado, conforme as condições estabelecidas na legislação nacional;
- mediante requerimento, a uma pessoa nascida no território do Estado (o requerimento pode estar sujeito a uma ou mais das seguintes condições: um prazo determinado para apresentação, requisitos específicos de residência, ausência de condenações penais de determinada natureza e/ou que o interessado tenha sempre sido apátrida);
- no momento do nascimento, ao filho legítimo cuja mãe seja nacional do Estado onde a criança nasceu;
- por descendência, no caso em que o indivíduo não possa adquirir a nacionalidade do Estado Contratante em cujo território nasceu, por causa de requisitos de idade ou residência (pode estar sujeito a uma ou mais das seguintes condições: um prazo determinado para apresentação do requerimento, requisitos específicos de residência e/ou que o interessado sempre tenha sido apátrida);
- aos menores abandonados encontrados no território do Estado Contratante;
- no momento do nascimento, por aplicação da lei, à pessoa nascida em outro lugar, se um dos seus pais possuía a nacionalidade do Estado Contratante naquele momento;
- mediante requerimento, em conformidade com a legislação nacional, à pessoa nascida em outro lugar, se um dos seus pais possuía a nacionalidade do Estado Contratante no momento do nascimento (o requerimento pode estar sujeito a uma ou mais das seguintes condições: um prazo determinado para apresentação, requisitos específicos de residência, a ausência de condenações penais por crimes contra a segurança nacional e/ou que o interessado tenha sido sempre apátrida);

## Sobre a perda ou renúncia da nacionalidade (Artigos 5º, 6º e 7º)

A perda da nacionalidade ou a sua renúncia devem ser condicionadas à titularidade prévia ou à garantia de aquisição de outra nacionalidade. Uma exceção pode ser feita para as pessoas naturalizadas que, apesar de serem notificadas sobre formalidades e limitações temporais de estadia, residam no estrangeiro durante um determinado número de anos e não tenham manifestado a intenção de manter a nacionalidade. Uma pessoa naturalizada, neste caso, é uma pessoa que tenha adquirido a nacionalidade após solicitá-la a um determinado Estado Contratante, o qual tinha a faculdade de haver recusado o pedido. A perda de nacionalidade só pode ocorrer em conformidade com a lei e deve ser acompanhada de garantias processuais, tais como o direito a uma audiência justa por parte de um tribunal ou outra autoridade independente.

## Sobre a privação da nacionalidade (Artigos 8º e 9º)

Ninguém deverá ser privado da sua nacionalidade se essa privação resultar em apatridia, exceto quando:

- A nacionalidade for obtida por declaração falsa ou fraude;
- O indivíduo tiver cometido ações incompatíveis com o dever de lealdade, tanto pela violação de uma proibição expressa de prestar serviços a outro Estado, quanto por uma conduta pessoal gravemente prejudicial aos interesses vitais do Estado;
- O indivíduo tiver feito um juramento ou uma declaração formal de lealdade a outro Estado, ou houver repudiado sua lealdade ao Estado Contratante;
- O cidadão naturalizado que tenha perdido o vínculo efetivo com o Estado Contratante e, apesar da notificação, não manifestar a sua intenção de manter a sua nacionalidade.

Um Estado-Parte só poderá privar um indivíduo da sua cidadania em razão dos motivos indicados se assim for especificado no momento da assinatura, ratificação ou adesão, e desde que isso esteja em conformidade com a lei e acompanhado de todas as garantias processuais, como o direito a um julgamento justo. Um Estado Contratante não poderá privar uma pessoa ou grupo de pessoas da sua nacionalidade por motivos raciais, étnicos, religiosos ou políticos.

## Sobre a transferência de território (Artigo 10º)

Os tratados devem assegurar que a apatridia não venha a ocorrer como resultado da transferência de território. Na ausência de tais tratados, o(s) Estado(s) envolvido(s) deverá(ão) garantir a concessão da sua nacionalidade às pessoas que de outra forma se tornariam apátridas como resultado da transferência ou aquisição de território.

## Sobre uma agência internacional (Artigo 11)

A Convenção prevê a criação, dentro da estrutura das Nações Unidas, de um órgão perante o qual uma pessoa que reivindique o benefício da Convenção possa solicitar o exame da sua solicitação, bem como assistência na sua apresentação à autoridade competente. A Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou que o ACNUR assumisse esta responsabilidade.

## Sobre a resolução de controvérsias (Artigo 14)

Os conflitos entre os Estados Contratantes referentes à interpretação ou à aplicação da Convenção que não possam ser solucionadas por outros meios serão submetidos à Corte Internacional de Justiça por iniciativa de qualquer uma das partes envolvidas.

### Ata Final

A Ata Final recomenda que as pessoas que são apátridas *de facto* sejam consideradas, na medida do possível, como apátridas *de jure*, possibilitando assim a aquisição de uma nacionalidade efetiva.

# Causas Técnicas

## Conflito de leis

É possível que surjam problemas quando a legislação nacional de um Estado entra em conflito com a de outro Estado, deixando o indivíduo sem a nacionalidade de nenhum Estado. Ambos os regimes legais podem estar redigidos corretamente, mas os problemas surgem quando se implementam conjuntamente. Por exemplo, o Estado A, onde o indivíduo nasceu, outorga a nacionalidade apenas por descendência (*jus sanguinis*), mas os pais do indivíduo são nacionais do Estado B. Por outro lado, o Estado B outorga a nacionalidade apenas com base no lugar de nascimento (*jus soli*) e, de acordo com a lei de nacionalidade, filhos de nacionais nascidos no exterior não adquirem a nacionalidade em qualquer circunstância. Neste caso, portanto, o indivíduo torna-se apátrida.

### Para evitar este problema:

- Conforme estabelece a Convenção da Haia de 1930, cada Estado determina, segundo a sua legislação, quem são os seus nacionais. Esta legislação, reconhecida por outros Estados, deve ser consistente com as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios de direito reconhecidos e aplicáveis às questões de nacionalidade. Os Estados, portanto, devem consultar uma compilação atualizada de leis sobre nacionalidade e devem compreender a sua aplicação prática para que possam solucionar conflitos de leis em matéria de nacionalidade. O ACNUR mantém uma coleção de leis de nacionalidade em: <http://www.refworld.org/statelessness.html>.
- A Convenção de 1961 dispõe que a nacionalidade deve ser concedida:
  - no momento do nascimento, por aplicação da lei, a uma pessoa nascida no território do Estado;
  - por aplicação da lei numa idade estabelecida, a uma pessoa nascida no território do Estado, desde que atendidos os requisitos da legislação nacional;
  - mediante requerimento, a uma pessoa nascida no território do Estado (o requerimento pode estar sujeito a uma ou mais das seguintes condições: um prazo determinado para apresentação, requisitos específicos de residência, a ausência de condenações

- penais de determinada natureza e/ou que o interessado sempre tenha sido apátrida);
- por descendência, no caso em que o indivíduo não possa adquirir a nacionalidade do Estado Contratante em cujo território nasceu, por causa de requisitos de idade ou residência (isto pode estar sujeito a uma ou mais das seguintes condições: um prazo determinado para apresentação do requerimento, requisitos específicos de residência e/ou que o interessado sempre tenha sido apátrida);
  - aos menores abandonados encontrados no território do Estado Contratante;
  - no momento do nascimento, por aplicação da lei, à pessoa nascida em outro lugar, se um dos seus pais possuía a nacionalidade do Estado Contratante nesse momento; e
  - mediante requerimento, em conformidade com a legislação nacional, à pessoa nascida em outro lugar, se um dos seus pais possuía a nacionalidade do Estado Contratante no momento do nascimento (o requerimento pode estar sujeito a uma ou mais das seguintes condições: um período determinado dentro do qual deve ser apresentado, requisitos específicos de residência, a ausência de condenações penais por crimes contra a segurança nacional e/ou que o interessado sempre tenha sido apátrida);
- A maioria dos Estados aplica os princípios de *jus soli* e *jus sanguinis* nas suas legislações sobre nacionalidade para determinar o corpo inicial dos seus nacionais e a forma como a nacionalidade é outorgada no momento do nascimento. Os Estados que não aceitam a dupla nacionalidade devem assegurar que, numa idade determinada, o indivíduo ou seus pais tenham a opção de escolher uma nacionalidade.

## Conflitos de leis relativos à renúncia

Alguns Estados têm leis sobre a nacionalidade que permitem que os indivíduos renunciem à sua nacionalidade sem ter previamente adquirido, ou sem ter garantida a aquisição, de outra nacionalidade. Esta situação frequentemente resulta em apatridia. Os conflitos de leis neste caso podem surgir quando um Estado não permite renunciar à nacionalidade até o indivíduo adquirir outra, enquanto o outro Estado interessado pode não conceder a nacionalidade até que o indivíduo renuncie à sua nacionalidade de origem. Às vezes, um indivíduo é obrigado a renunciar à nacionalidade em outro lugar antes de poder requerer a nacionalidade no lugar em que reside, tornando-se, assim, um apátrida até que lhe seja concedida a nova nacionalidade.

### Para evitar este problema:

- Segundo a Convenção de 1961, a perda ou renúncia da nacionalidade devem ser condicionadas à titularidade prévia ou à garantia de aquisição de outra nacionalidade.
- A legislação sobre a nacionalidade deve prever que nenhum cidadão possa renunciar à sua nacionalidade sem ter adquirido outra ou sem ter recebido garantias formais e por escrito, por parte das autoridades competentes, de que vai adquirir outra.
- A Convenção de 1961 traz uma exceção segundo a qual a perda da nacionalidade pode ocorrer mesmo se ela resultar em apatridia no caso de pessoas naturalizadas que, apesar da notificação acerca das formalidade e limites temporais de estadia, resida no exterior por um período determinado de anos e não manifeste a intenção em manter a nacionalidade. Uma pessoa naturalizada, neste caso, é uma pessoa que tenha adquirido a nacionalidade após solicita-la a um determinado Estado Contratante, o qual tinha a

faculdade de recusá-la. A perda da nacionalidade só pode ocorrer em conformidade com a lei e deve ser acompanhada de garantias processuais, tais como o direito a uma audiência justa por parte de um tribunal ou outra autoridade independente.

- Alguns Estados adotaram normas que permitem a reaquisição da nacionalidade no caso de indivíduos que perderam ou não adquiriram outra nacionalidade.
- Nos Estados em que a dupla ou múltipla nacionalidade não é admitida, a legislação sobre a nacionalidade deve garantir que a condição da renúncia ou perda de outra nacionalidade como requisito prévio para a aquisição ou manutenção da nacionalidade, não tem efeito quando a renúncia ou perda não for possível. Por exemplo, não se pode exigir que os refugiados regressem ou contatem as autoridades do seu país de origem para renunciar à sua nacionalidade.

### **Boas práticas: a Federação Russa**

A fragmentação da União Soviética deixou milhões de pessoas apátridas. Na recém-independente Federação Russa, as regras estabelecidas pela Lei Federal de Cidadania de 1991 fixaram prazos para que aqueles que residissem permanentemente no território da Federação Russa pudessem adquirir a nacionalidade russa. De acordo com essas regras, os indivíduos que não pudessem provar que tinham residência permanente na Federação Russa não teriam direito a adquirir a cidadania russa.

Nos anos 90, muitos antigos cidadãos soviéticos na Federação Russa não tinham tomado as medidas necessárias para regularizar a sua cidadania no país ou em outros Estados com os quais tivessem vínculos. Alguns tinham automaticamente se tornado cidadãos de outros Estados recém-independentes, às vezes sem o conhecimento dos próprios indivíduos em questão, enquanto outros permaneceram apátridas porque suas circunstâncias pessoais foram tais que eles não preenchiam os critérios para ter a nacionalidade de nenhum lugar.

Ciente de que muitos dos antigos cidadãos soviéticos permaneciam sem um status regular na Federação Russa, o governo russo iniciou reformas na Lei de Cidadania de 1991. A nova lei sobre a cidadania da Federação Russa entrou em vigor no dia 1º de julho de 2002 (Lei de Cidadania de 2002), e emendas posteriores foram feitas em 2003 para facilitar a aquisição da cidadania da Federação Russa por antigos residentes soviéticos que morassem na Federação Russa.

A norma fundamental que resultou na redução da apatridia foi uma medida temporária que facilitava a aquisição na nacionalidade russa através da naturalização de antigos cidadãos soviéticos com base em uma permissão de residência temporária ou permanente. Esse processo dispensou as exigências que os cidadãos da antiga União Soviética, residentes na Federação Russa e com status indeterminado de nacionalidade, tinham mais dificuldade em cumprir, a exemplo da prova de residência ininterrupta por cinco anos, prova de meios de autossuficiência, e proficiência no idioma russo. Os requerentes também foram isentados de pagar as taxas de naturalização. Durante o período de seis anos em que o procedimento esteve vigente, um total de 2.679.225 pessoas adquiriu a nacionalidade russa através da naturalização, dos quais 575.044 eram apátridas. Isso representou um dos mais bem sucedidos esforços para a redução da apatridia da última década.

Posteriormente a essa reforma, em 2012, o governo russo aprovou emendas adicionais para facilitar a naturalização daqueles que permaneciam apátridas mesmo após as reformas anteriores. Essas emendas eliminaram o requerimento de que os solicitantes apresentassem prova do registro de residência. Adicionalmente, as emendas de 2012 estenderam a naturalização facilitada para antigos cidadãos da URSS que adquiriram passaportes da Federação Russa e que foram posteriormente revogados devido à determinação de que os passaportes tinham sido emitidos por um erro administrativo.

## Leis e práticas que afetam especialmente as crianças

Em conformidade com o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), qualquer criança, independentemente do local de nascimento e do status dos seus pais, deve ser registrada imediatamente ao nascer pelas autoridades do país de nascimento. Toda criança tem o direito de adquirir uma nacionalidade. A nacionalidade de uma criança deve ser determinada pelas leis dos Estados envolvidos; e todos os Estados exigem conhecer onde a criança nasceu e quem são os seus pais. Sem uma prova de nascimento, ou seja, sem uma certidão de nascimento oficial, é difícil para a criança determinar a sua identidade (inclusive onde ela nasceu ou quem são seus pais) e, portanto, adquirir uma nacionalidade.

### Para evitar este problema:

- Os Estados devem fornecer às administrações locais competentes os recursos necessários para garantir que o registro de nascimento seja efetivado de forma sistemática, conforme o Artigo 7º da CDC e Artigo 24 do PIDCP. Se for necessário, deverá ser procurado o apoio da comunidade internacional, nomeadamente através do UNICEF.
- No ato do registro do nascimento, os Estados devem identificar os casos de conflito de nacionalidade e conceder a nacionalidade nos casos em que a criança poderia se tornar apátrida. As disposições pertinentes da Convenção de 1961 devem ser incluídas na legislação nacional. Estas disposições deveriam ser incluídas na legislação nacional, mesmo que o Estado não tenha ratificado a Convenção de 1961.
- Os Estados devem adotar normas sobre a aquisição de nacionalidade por crianças nascidas no seu território e que de outra forma seriam apátridas. Isso preveniria a apatridia onde, por exemplo, uma criança não pode adquirir a nacionalidade de seus pais estrangeiros.

Em muitos países não é permitido que as mulheres transmitam a sua nacionalidade aos filhos. Isso pode levar a uma situação de apatridia quando o pai for apátrida, desconhecido ou se encontrar impossibilitado de passar sua nacionalidade para o filho.

### Para evitar este problema:

- Em conformidade com a Convenção de 1957 sobre a Nacionalidade da Mulher Casada e a CEDAW, as mulheres devem ter os mesmos direitos dos homens no que diz respeito à nacionalidade dos filhos. A aplicação destes princípios nas legislações domésticas evitará tanto a discriminação contra as mulheres quanto a possibilidade de uma criança se tornar apátrida.
- Os Estados devem incluir disposições que proíbam a discriminação em razão do sexo nas legislações nacionais relativas à nacionalidade.

No Quênia, em 2010, uma nova Constituição foi adotada, ocasionando uma reforma legal em uma vasta gama de áreas, incluindo a nacionalidade. A nova Constituição e Lei sobre Cidadania e Imigração incorporam diversas garantias contra a apatridia, incluindo uma norma que garante a cidadania a órfãos. Também se garante a igualdade entre homens e mulheres em todos os aspectos da nacionalidade.

Frequentemente, as crianças órfãs e abandonadas não têm uma nacionalidade certa. Os filhos nascidos fora do casamento também podem ser impedidos de adquirir uma nacionalidade.

#### Para evitar este problema:

- Crianças abandonadas encontradas no território de um Estado devem receber a nacionalidade desse Estado. Este princípio encontra-se nas legislações de muitos Estados e em tratados internacionais relativos à nacionalidade, inclusive na Convenção de 1961.
- Aplicar os princípios encontrados nos tratados de direitos humanos de que os Estados não devem discriminar entre crianças nascidas dentro ou fora do casamento (o direito internacional pode permitir diferenças de tratamento em algumas instâncias).
- No momento da determinação da nacionalidade, a primeira consideração sempre deve ser o interesse superior da criança.

As práticas relacionadas com a adoção em certos Estados poderiam gerar apatridia se, por exemplo, as crianças não puderem adquirir a nacionalidade dos pais adotivos.

#### Para evitar este problema:

- Os Estados devem incluir nas suas legislações normas que assegurem que as adoções realizadas no estrangeiro, em conformidade com o direito internacional, sejam reconhecidas pelas legislações nacionais. A Convenção Europeia em Matéria de Adoção de Crianças, de 1967, encoraja os Estados a facilitar a outorga da nacionalidade às crianças adotadas pelos seus cidadãos.

### Práticas administrativas

Muitas questões administrativas e procedimentais acompanham a aquisição, recuperação, privação e perda da nacionalidade. Mesmo quando uma pessoa é elegível para solicitar a nacionalidade, taxas administrativas abusivas, prazos não razoáveis e/ou a impossibilidade de apresentar os documentos requeridos porque estão em posse do Estado da nacionalidade anterior, são fatores que podem impedir que o indivíduo adquira a nacionalidade. Obstáculos similares podem impedir indivíduos que adquiriram automaticamente a cidadania de um Estado tenham acesso a documentos de identidade que poderiam comprovar a sua nacionalidade, como uma carteira de identidade, certificado de cidadania ou passaporte.

#### Para evitar este problema:

- Os pedidos relacionados com a aquisição, manutenção, perda, recuperação ou certificação da nacionalidade, devem ser processados num prazo razoável. Os procedimentos deveriam ser o mais simples possível e bastante divulgados.
- O registro da aquisição automática (*ex lege*) ou perda da nacionalidade, inclusive nas



situações de sucessão de Estados que envolverem residentes habituais, não deve requerer a apresentação de atestados por escrito, embora recomende-se que os Estados sempre mantenham registros escritos de todas as decisões sobre nacionalidade.

- As taxas relacionadas com a aquisição, manutenção, perda, recuperação ou certificação da nacionalidade, e com os respectivos procedimentos administrativos e judiciais, devem ser razoáveis, assim como os requerimentos de documentação.

## Leis e práticas que afetam especialmente as mulheres

Alguns Estados alteram automaticamente a nacionalidade da mulher quando ela se casa com um estrangeiro. Uma mulher poderia, então, tornar-se apátrida se não adquirir automaticamente a nacionalidade do seu marido ou se o marido não possuir uma nacionalidade.

Uma mulher também poderia tornar-se apátrida se, depois de receber a nacionalidade do marido, o casamento se dissolver e ela perder a nacionalidade adquirida em razão do casamento, sem readquirir automaticamente a sua antiga nacionalidade.

### Para evitar este problema:

- A CEDAW assegura às mulheres os mesmos direitos dos homens para adquirir, mudar ou manter a sua nacionalidade. Em conformidade com os princípios estabelecidos naquela convenção, a nacionalidade do marido não deveria mudar automaticamente a nacionalidade da esposa, tampouco torná-la apátrida ou obrigá-la a adquirir a nacionalidade dele.
- Nos Estados onde as mulheres não têm direitos iguais aos dos homens e podem perder automaticamente a sua nacionalidade quando se casam, ou onde as mulheres têm que renunciar à sua antiga nacionalidade quando se casam, é preciso incorporar em suas respectivas legislações sobre nacionalidade normas para permitir que, em caso de dissolução do casamento, as mulheres readquiram automaticamente a sua antiga nacionalidade, por meio de uma simples declaração.

## Perda automática da nacionalidade

Alguns Estados revogam automaticamente a nacionalidade dos indivíduos que deixaram o país ou que residem no exterior. A revogação da nacionalidade, que pode ocorrer apenas alguns meses após a saída do indivíduo, está geralmente relacionada com práticas administrativas deficientes que não informam ao indivíduo envolvido que ele corre o risco de perder a sua nacionalidade se não se registrar regularmente perante as autoridades do país. No caso de o indivíduo ser um cidadão naturalizado, e não nasceu no Estado em causa, nem adquiriu a nacionalidade desse país por descendência, mesmo um registro regular pode não ser suficiente para garantir que a sua nacionalidade não seja revogada. Geralmente, a apatridia é o resultado direto dessas práticas.

### Para evitar este problema:

- O Artigo 7º (3) da Convenção de 1961 prevê que um indivíduo não perderá a sua nacionalidade e, portanto, não se tornará apátrida, pelo fato de sair do país, residir no exterior, deixar de se registrar ou por razões semelhantes. A Convenção de 1961 prevê uma exceção a este princípio no caso dos cidadãos naturalizados que residam no estrangeiro por mais de sete anos consecutivos. Estes indivíduos devem declarar

às autoridades competentes a sua intenção de conservar sua nacionalidade através, por exemplo, da renovação do seu passaporte. Os Estados devem, portanto, informar adequadamente os cidadãos naturalizados sobre a existência destas políticas, tanto no seu território como no estrangeiro, através dos seus serviços consulares.

- Instrumentos mais recentes, como a CEN, não permitem aos Estados privar uma pessoa da sua nacionalidade em razão da sua residência habitual no estrangeiro, se isso puder levar o indivíduo em questão a se tornar apátrida.

## Causas ligadas à sucessão de Estados

### Transferência de território ou de soberania

Embora o tema seja tratado apenas parcialmente em princípios e instrumentos internacionais específicos, a transferência de território ou soberania tem sido há muito tempo uma causa de apatridia. As leis e práticas nacionais serão inevitavelmente alteradas quando um Estado passar por alterações territoriais ou mudanças de soberania profundas, como por exemplo quando um Estado adquire a independência de um poder colonial, quando um Estado é dissolvido, se um novo Estado ou novos Estados sucederem ao Estado dissolvido ou quando parte de um Estado se separa para formar um novo Estado. Cada um desses eventos pode levar à adoção de novas leis ou decretos sobre nacionalidade e/ou novos procedimentos administrativos. Nestas situações os indivíduos podem tornar-se apátridas se não obtiverem a nacionalidade de acordo com as novas leis/decretos ou segundo os novos procedimentos administrativos, ou se a nacionalidade lhes for denegada em razão de uma nova interpretação sobre as leis e práticas aplicadas anteriormente.

#### Para evitar este problema:

- O Artigo 10 da Convenção de 1961 estipula que os Estados Partes deverão assegurar que não ocorram casos de apatridia como resultado da transferência de território. Os Estados deverão assinar tratados bilaterais ou multilaterais que incluam disposições para garantir que não seja gerada apatridia como resultado dessa transferência. Na ausência de tais tratados, o Estado ou os Estados envolvidos deverão garantir a nacionalidade às pessoas que de outra forma se tornariam apátridas.
- Na prática, as populações geralmente são vinculadas a territórios; no entanto, alguns tratados internacionais, disposições constitucionais e legislações sobre nacionalidade, também oferecem a opção de escolher a nacionalidade entre os Estados sucessores.
- Os tratados de sucessão também podem incluir disposições específicas para tratar da forma como a dissolução ou separação de Estados irão afetar a nacionalidade.
- Em resposta à necessidade de codificar e desenvolver o direito internacional em matéria de nacionalidade nos casos de sucessão de Estados, a CDI das Nações Unidas redigiu um anteprojeto de artigos sobre o assunto, contido no Anexo à Resolução 55/153 de 2001 da Assembleia Geral da ONU. Os artigos estipulam que:
  - todos os Estados envolvidos deverão tomar as medidas apropriadas para que as pessoas que, no momento da sucessão de Estados, tinham a nacionalidade do

Estado predecessor não se tornem apátridas em decorrência da sucessão;

- presume-se que, no momento da sucessão, uma pessoa cuja residência habitual estava localizada no território afetado pela sucessão, deverá adquirir a nacionalidade do Estado sucessor;
  - um Estado sucessor não deverá outorgar sua nacionalidade a pessoas cuja residência habitual estava em outro Estado, contra a intenção das pessoas envolvidas, a não ser que, de outra forma, essas pessoas se tornariam apátridas;
  - os Estados envolvidos deverão considerar a intenção das pessoas interessadas, no caso em que essas pessoas tenham os requisitos para adquirir a nacionalidade de dois ou mais Estados. Cada Estado envolvido deverá garantir o direito de escolha da nacionalidade às pessoas que tenham vínculos apropriados com esse Estado, se essas pessoas, de outra forma, se tornarem apátridas;
  - os Estados envolvidos não recusarão às pessoas interessadas o direito de manter ou adquirir uma nacionalidade ou o direito de escolher uma nacionalidade, em razão de qualquer tipo de discriminação.
- A Convenção Europeia sobre a Nacionalidade e a Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção dos Casos de Apatridia relacionados com a Sucessão de Estados contém muitas das disposições da Convenção de 1961 e dos princípios contidos no anteprojeto de artigos da CDI. A Convenção Europeia sobre a Nacionalidade dedica um capítulo inteiro à Sucessão de Estados e Nacionalidade, destacando quatro princípios básicos relativos à aquisição da nacionalidade em caso de sucessão de Estados:
    - O vínculo genuíno e efetivo entre o indivíduo em causa e o Estado;
    - A residência habitual do indivíduo em causa à data da sucessão de Estados;
    - A vontade do indivíduo em causa;
    - A origem do indivíduo em causa.

Além disso, a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade estabelece que os nacionais de um Estado predecessor, habitualmente residentes no território cuja soberania for transferida para um Estado sucessor e que não tenham adquirido a sua nacionalidade, terão o direito de permanecer naquele Estado e gozarão dos mesmos direitos sociais e econômicos dos nacionais do Estado sucessor.

- A Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção dos Casos de Apatridia relacionados com a Sucessão de Estados desenvolveu normas específicas relativas à prova da nacionalidade em caso de sucessão de Estados (Artigo 8):

*“Um Estado sucessor não insistirá nos requisitos típicos de prova exigidos para a concessão da nacionalidade, no caso de pessoas que sejam ou se tornariam apátridas como resultado da sucessão de Estados e quando não for razoável que estas pessoas cumpram esses requisitos.*

*Um Estado sucessor não exigirá a prova de não aquisição de outra nacionalidade antes de conceder a sua nacionalidade a pessoas habitualmente residentes no seu território no momento da sucessão de Estados e a pessoas que sejam ou se tornariam apátridas como resultado da sucessão de Estados.”*

O primeiro parágrafo do Artigo 8º considera a situação em que é impossível ou muito difícil para uma pessoa reunir os requisitos de prova exigidos para cumprir as condições para a aquisição da nacionalidade. Em certos casos poderia ser impossível para uma pessoa apresentar provas documentais completas da sua descendência, por exemplo se os registros civis terem sido destruídos. Também poderia resultar impossível apresentar provas documentais da residência nos casos em que o lugar de residência não tenha sido registrado. Esta disposição abrange também as situações nas quais uma pessoa teria a possibilidade de apresentar a prova, mas exigí-la não seria razoável se, por exemplo, para fornecê-la o requerente puser em risco a sua vida ou saúde. As circunstâncias que tornam difícil apresentar provas podem não estar diretamente ligadas à sucessão de Estados. Elas podem depender de um evento que aconteceu antes ou depois da sucessão, por exemplo, se o registro civil tiver sido destruído sob o regime do Estado predecessor ou não tiverem sido concedidos documentos essenciais a certos setores da população. Em todos esses casos, uma alta probabilidade de prova e/ou testemunha independente será suficiente para cumprir os requisitos para a aquisição da nacionalidade do Estado sucessor.

O segundo parágrafo do Artigo 8º é relevante apenas no caso em que o Estado predecessor tenha desaparecido e todas as pessoas com a nacionalidade desse Estado a tenham perdido automaticamente, em consequência da dissolução do Estado. Caso o Estado sucessor pretenda proibir ou reduzir a pluralidade de nacionalidades, esse Estado pode exigir à pessoa interessada a prova que não tenha adquirido outra nacionalidade, ou que seja apátrida. O requisito da prova de não possuir outra nacionalidade, ou de ser apátrida, é muitas vezes impossível de cumprir, pois depende da cooperação de outros Estados. Quando houver o risco de que a pessoa envolvida possa tornar-se apátrida como resultado da sucessão de Estados, o Estado sucessor não deverá exigir a prova de que essa pessoa não tenha outra nacionalidade, ou seja apátrida, antes de conceder-lhe a nacionalidade. Esta norma tem fundamento na opinião predominante de que a prevenção da apatridia é um assunto de importância fundamental para a comunidade internacional, enquanto a aceitação ou rejeição da pluralidade de nacionalidades é uma questão do domínio interno de cada Estado.

Estas disposições não impedem que um Estado que queira reduzir o número de nacionalidades múltiplas dentro do seu território não possa colaborar com outros Estados e trocar informações sobre a aquisição ou perda da nacionalidade. A pluralidade de nacionalidades pode ser impedida recorrendo à disposição sobre o não reconhecimento de outras nacionalidades contida na Convenção da Haia sobre Determinadas Questões Relativas aos Conflitos de Leis sobre a Nacionalidade e ao Artigo 7.1º da Convenção Europeia sobre a Nacionalidade, que estabelece a possibilidade da perda automática da nacionalidade quando uma pessoa voluntariamente adquirir outra. Um Estado também pode exigir que a pessoa interessada apresente uma declaração escrita na qual afirme que não possui e não irá possuir outras nacionalidades. Isto permitiria ao Estado revogar a nacionalidade da pessoa se descobrisse posteriormente que ela apresentou uma declaração falsa.

# O Papel do ACNUR



Apesar de ter vivido com uma mulher ucraniana por mais de uma década, esse apátrida de etnia coreana, que se mudou do Uzbequistão para a Ucrânia em 1993, ainda não pôde registrar sua união. ©UNHCR/Greg Constantine, 2010

O ACNUR está envolvido na temática da apatridia e com as pessoas apátridas desde o início das suas operações, em 1950. A organização recebeu das Nações Unidas o mandato de proteger os refugiados e ajudá-los a encontrar soluções para os seus problemas. Muitos dos refugiados que a organização tem assistido ao longo dos anos também eram apátridas. De fato, ao longo de várias décadas, tem existido uma estreita relação entre a perda ou a negação da proteção nacional e a perda ou a negação da nacionalidade. Atualmente também é amplamente reconhecido que uma nacionalidade efetiva e a capacidade de exercer os direitos inerentes à cidadania ajudam a evitar os deslocamentos involuntários e forçados de pessoas. Desde 1995, o mandato do escritório foi expandido pela Assembleia Geral da ONU para incluir as responsabilidades relacionadas a apátridas não-refugiados e à prevenção e redução da apatridia, de forma geral. Essas resoluções são universais em escopo, e não restringem as atividades do ACNUR apenas àqueles Estados que são partes nas convenções sobre apatridia.

### **Como o ACNUR se envolveu com o tema da apatridia?**

Ao longo dos anos, o papel do ACNUR na redução da incidência da apatridia e na assistência às pessoas apátridas ampliou-se. O seu trabalho em matéria de apatridia tem fundamento no mandato conferido pelas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e em várias recomendações do órgão executivo do ACNUR, o Comitê Executivo do Programa do Alto Comissariado (ExCom). O Comitê Executivo é composto por representantes dos países – 87 países eram membros de Janeiro de 2014 – eleitos pelo ECOSOC, com base em seu interesse demonstrado de buscar soluções pra o problema dos refugiados.

O Artigo 11 da Convenção de 1961 prevê a criação de “um órgão perante o qual uma pessoa que reivindique o benefício desta Convenção possa solicitar o exame da sua solicitação, bem como assistência na sua apresentação à autoridade competente”. Quando a Convenção de 1961 entrou em vigor, em 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou ao ACNUR o desempenho desta função. Em relação à Convenção de 1954, a Conclusão 106 do Comitê Executivo, de 2006, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, convoca o ACNUR a “oferecer assessoria técnica aos Estados Partes para assegurar a implementação consistente das normas da Convenção de 1954”.

Em 1995, o Comitê Executivo aprovou um conjunto abrangente de diretrizes sobre o tema da apatridia: a Conclusão sobre a Prevenção e Redução da Apatridia e a Proteção dos Apátridas (Conclusão N. 78). A Conclusão do Comitê Executivo de 1995 sobre a apatridia “encoraja o ACNUR a prosseguir as suas atividades em nome dos apátridas” e “requer que o ACNUR promova a adesão à Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas e à Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia.” Na Conclusão, o Comitê Executivo também solicita ao ACNUR que “promova ativamente a prevenção e redução da apatridia através da divulgação de informação e da formação de pessoal e de funcionários estatais; e que fortaleça a cooperação com outras organizações interessadas”.

Em 1996, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução no mesmo sentido (A/RES/50/152), encorajando o Alto Comissariado a continuar suas atividades em nome das pessoas apátridas e a promover a adesão e implementação das convenções de 1954 e 1961. A Resolução também solicita ao ACNUR que “forneça aos Estados interessados os serviços técnicos e de assessoria pertinentes à preparação e aplicação de leis sobre a nacionalidade”.

Na mesma resolução a Assembleia Geral “insta os Estados a adotarem leis sobre a nacionalidade com o objetivo de reduzir os casos de apatridia, em conformidade com os

princípios fundamentais do direito internacional, em particular, proibindo a privação arbitrária da nacionalidade e eliminando as disposições que permitem a renúncia à nacionalidade sem prévia posse ou aquisição doutra nacionalidade, reconhecendo, ao mesmo tempo, o direito dos Estados de adotar leis que regulem a aquisição, renúncia ou perda da nacionalidade”

A apatridia foi reconhecida como uma das principais causas de deslocamentos e fluxos de refugiados na Agenda para a Proteção, que foi apoiada pelo Comitê Executivo do ACNUR (Conclusão N. 92 [LIII] a) e pela Assembleia Geral da ONU em 2002.

Preocupado pelo número demasiadamente elevado de apátridas cujos casos ficaram sem solução durante muitos anos, em 2004 o Comitê Executivo solicitou ao ACNUR que desempenhasse um papel mais ativo, trabalhando com os Estados interessados para encontrar soluções para essas situações. Em 2006, a Assembleia Geral da ONU apoiou a Conclusão 106 do Comitê Executivo sobre a Identificação, Prevenção e Redução da Apatridia e a Proteção dos Apátridas, que, *inter alia*, confirma a necessidade de o ACNUR:

- Trabalhar com os governos para identificar as populações apátridas e as populações com nacionalidade indeterminada;
- Oferecer apoio técnico e operacional aos Estados em relação à adoção e implementação de garantias contra a apatridia e para prevenir a ocorrência da apatridia que resulta da negação arbitrária ou privação da nacionalidade;
- Cooperar com outras agências da ONU para auxiliar os Estados a reduzirem a apatridia, particularmente em situações prolongadas de apatridia; e
- Oferecer treinamento às contrapartes governamentais sobre os mecanismos apropriados para a identificação, registro e garantia do status aos apátridas.

Desde 2006, as resoluções da Assembleia Geral da ONU enfatizaram os quatro aspectos do mandato do ACNUR: identificação, prevenção, e redução da apatridia e proteção dos apátridas.

### **O que faz o ACNUR para resolver o problema da apatridia?**

O ACNUR apoia os governos na elaboração e aplicação da legislação sobre a nacionalidade, fornecendo formação a funcionários governamentais e se dispõe a comentar as normas constitucionais sobre legislação de nacionalidade no caso dos Estados em que grandes segmentos da população são apátridas ou têm nacionalidade indeterminada. Entre 2011 e 2012, o ACNUR promoveu uma reforma das leis de nacionalidade em 71 Estados, e ofereceu assessoria técnica sobre esse tema a 41 países.

O ACNUR trabalha com os parlamentares para garantir que a legislação sobre a nacionalidade não provoque deslocamentos, nem contenha disposições que possam provocar a apatridia. As *Diretrizes do ACNUR para assegurar o Direito de toda Criança de Adquirir uma Nacionalidade através dos Artigos 1 a 4 da Convenção sobre a Redução da Apatridia*, oferece maiores orientações sobre o tema.

O ACNUR lançou a primeira pesquisa global sobre as medidas adotadas pelos países membros das Nações Unidas para reduzir a apatridia e satisfazer as necessidades de proteção dos apátridas. A pesquisa constatou que nenhuma região do mundo está isenta da apatridia e que subsistem grandes lacunas legais e políticas, tanto a nível internacional quanto nacional.

O ACNUR tem apoiado campanhas sobre a nacionalidade através das quais os Estados permitiram aos apátridas adquirirem a nacionalidade do país em que tivessem tido uma residência habitual de longo prazo.

O ACNUR também oferece ajuda diretamente aos apátridas através de consultas aos Estados interessados, num esforço para encontrar soluções para indivíduos ou grupos apátridas. A organização encoraja os Estados a definirem o estatuto jurídico do indivíduo envolvido e promove o reconhecimento de vínculos legítimos entre o indivíduo, ou grupo de indivíduos, e o Estado, no caso em que as pessoas em causa se tornassem apátridas.

Enquanto esperam a definição da sua situação jurídica, aos apátridas é assegurado o gozo de um conjunto de direitos fundamentais nos respectivos países de residência. O ACNUR promove a implementação da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, que estabelece um conjunto essencial de direitos e obrigações para com os apátridas, e apoia os Estados na aplicação, quando necessário e dependendo dos recursos disponíveis, de programas de proteção e assistência para os apátridas. O *Manual do ACNUR sobre a Proteção dos Apátridas* oferece maiores orientações sobre o tema.

### **Com que outras organizações trabalha o ACNUR para enfrentar os problemas relacionados com a apatridia?**

As principais agências das Nações Unidas que trabalham com o ACNUR para enfrentar a apatridia são o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Para resolver situações prolongadas de apatridia, às vezes o ACNUR também trabalha com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa Alimentar Mundial (PAM) na execução de programas conjuntos para a habitação, a educação e a criação de rendimentos, destinados à integração, ou reintegração, de comunidades marginais na sociedade nacional.

Além das organizações das Nações Unidas acima mencionados, o ACNUR trabalha em estreita cooperação com os Órgãos das Nações Unidas de Controlo da Aplicação dos Tratados em matéria de Direitos Humanos, como o Comitê dos Direitos Humanos o Comitê dos Direitos da Criança, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial e o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, o Conselho de Direitos Humanos e os Procedimentos Especiais das Nações Unidas que forem relevantes.

O ACNUR colabora com organismos regionais, como o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, a Organização dos Estados Americanos, a União Africana, a Liga dos Estados Árabes e a Organização da Conferência Islâmica. O ACNUR participa no Comitê de Peritos sobre a Nacionalidade do Conselho da Europa, que desenvolveu a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade e o protocolo sobre a Prevenção dos Casos de Apatridia Relacionados com a Sucessão de Estados.

As organizações não governamentais também trabalham em estreita colaboração com o ACNUR no terreno, promovendo os programas do ACNUR e contribuindo a desenvolver as suas atividades. O ACNUR trabalha estreitamente com a União Interparlamentar (UIP) para sensibilizar os parlamentares sobre as normas jurídicas internacionais em matéria de apatridia e informá-los sobre as múltiplas recomendações e boas práticas que podem prevenir a apatridia.



A organização encoraja os parlamentares a aprovarem legislação sobre a nacionalidade que contribua para eliminar a apatridia, assegurando, ao mesmo tempo, o direito à nacionalidade das pessoas que tenham sido privadas desta e ajuda, além disso, a garantir que os tratados sobre a dupla ou múltipla nacionalidade não provoquem a apatridia inadvertidamente.

### Boas práticas: Sri Lanka

A maioria da força de trabalho que produz o chá do Sri Lanka, reconhecido mundialmente, é originária da Índia. Conhecidos oficialmente como “tâmeis de origem indiana recente”, mas comumente chamados de “tâmeis do interior” (Up-Country Tamil), estes trabalhadores são descendentes de pessoas trazidas para o então Ceilão da Índia pela administração britânica, que governou a ilha entre 1815 e 1948. Desde a independência do Sri Lanka, em 1948, até 1984, vários acordos entre a Índia e o Sri Lanka definiram o estatuto jurídico desses trabalhadores. Alguns tâmeis do interior receberam a nacionalidade por parte de um dos dois países através de arranjos legislativos ou bilaterais. Contudo, muitos deles não tinham uma nacionalidade e, portanto, não gozavam de direitos básicos; enquanto outros não podiam aceder ao procedimento para adquirir a nacionalidade do Sri Lanka ou da Índia.

Em 1982 o governo indiano informou o governo do Sri Lanka que considerava que os acordos prévios sobre os tâmeis do interior já não eram válidos porque o período de implementação dos acordos já tinha expirado. De fato, desde essa data qualquer tâmil ainda apátrida ficou sem possibilidade de obter uma nacionalidade.

O Congresso dos Trabalhadores do Ceilão, um sindicato e também um partido político, durante anos fez pressão pelos direitos dos tâmeis do interior. Em resposta, o parlamento do Sri Lanka elaborou um projeto de lei e em Outubro de 1983 aprovou por unanimidade a “Lei para a concessão da cidadania às pessoas de origem indiana”. A Lei concede automaticamente a cidadania a qualquer pessoa de origem indiana que:

- Tenha residido permanentemente no Sri Lanka desde 30 de Outubro de 1964; ou
- Seja um descendente, residente no Sri Lanka, de uma pessoa que tenha residido permanentemente no Sri Lanka desde 30 de Outubro de 1964.

Depois da adoção da Lei o Gabinete do Comissário Geral, o ACNUR e o Congresso dos Trabalhadores do Ceilão começaram a divulgar informações sobre a nova lei. A informação relativa à lei e aos procedimentos para requerer a nacionalidade foi publicada nos jornais e anunciada em rádios e televisões em tâmil, inglês e cingalês.

Os procedimentos administrativos, definidos pelos Ministérios do Interior e da Imigração, são simples, rápidos e justos. Dois procedimentos diferentes foram estabelecidos para os apátridas:

- Aos detentores de passaportes indianos expirados após a declaração da Índia de 1982, é requerido manifestar voluntariamente a sua intenção de obter a nacionalidade do Sri Lanka, incumbência geralmente atribuída ao chefe de família. As autoridades de imigração têm que autenticar o documento. Uma vez aprovado o pedido é concedida a cidadania a todos os membros da família.

- Aqueles que não tenham documentação não têm que apresentar uma declaração escrita, apesar de serem encorajados a assinar uma declaração especial que, uma vez autenticada pelas autoridades governamentais, vai tornar mais fácil para eles a obtenção dos documentos de identidade.

Ambos os procedimentos são gratuitos e não há um prazo limite para apresentar o pedido. Em Dezembro de 2003 o ACNUR e o Congresso dos Trabalhadores do Ceilão organizaram um seminário de um dia para uns 500 voluntários colocados em 50 centros móveis espalhados na região das plantações de chá, onde os apátridas puderam solicitar a nacionalidade. Os voluntários receberam formação acerca das características básicas da apatridia, as leis aprovadas desde 1948, e a nova lei e os seus critérios de elegibilidade.

O pessoal dos centros móveis recolheu os pedidos de nacionalidade durante 10 dias, em Dezembro de 2003. O ACNUR financiou a campanha e acompanhou o processo para garantir que os requerentes estivessem a tomar as suas decisões de uma maneira informada e voluntária. No final do mês, uns 190.000 chefes de família tinham adquirido a nacionalidade do Sri Lanka.

Em Julho e Agosto de 2004, foi organizada uma segunda campanha, menor, no nordeste do país. Mais de 2.000 apátridas requereram e obtiveram a nacionalidade. Desde então, um pequeno número de tâmeis do interior tem solicitado satisfatoriamente a nacionalidade, recorrendo tanto aos funcionários públicos dos seus distritos locais, como à Divisão de Nacionalidade do Ministério da Segurança Pública, Lei e Ordem na capital, Colombo.

## Quem financia as atividades do ACNUR?

O ACNUR é uma das poucas agências da ONU que depende quase inteiramente de contribuições voluntárias para financiar as suas operações. Cerca de cinco por cento do orçamento anual do ACNUR provém de contribuições regulares do orçamento da ONU; o resto provém das contribuições voluntárias de governos, indivíduos e do setor privado.

No início de 2013, havia 35,8 milhões de pessoas de interesse do ACNUR. O orçamento do ACNUR em 2012 era de 4,3 bilhões de dólares, dos quais 62 milhões foram dedicados às atividades relacionadas à apatridia.

Em 2012, o ACNUR recebeu 77% de seus recursos de dez governos doadores. Ao mesmo tempo, a organização recebeu mais de 130 milhões de dólares do setor privado, principalmente da Europa, Austrália, Japão, Qatar e Estados Unidos. As ONGs contribuíram para o orçamento anual do ACNUR lançando apelos públicos para algumas operações. Nos últimos anos, as contribuições do setor privado e das ONGs têm aumentado, como resultado de um esforço concertado para sensibilizar a opinião pública através da rádio, da televisão, de jornais e outros meios de comunicação.

## De que forma os parlamentares podem ajudar?



Uma decisão da Corte Suprema de 2008 confirmou que os falantes de Urdu, como esses meninos de Mohammadpur, Dacca, são cidadãos de Bangladesh. A Corte recomendou que o governo de Bangladesh reabilitasse os falantes de Urdu, emitisse carteiras de identidade e registrasse-os como eleitores. ©UNHCR/S.L. Hossain, 2013

Os parlamentares encontram-se numa posição única para ajudar a reduzir a incidência dos casos de apatridia e para assegurar que as pessoas apátridas gozem dos direitos e cumpram as obrigações estabelecidas pelo direito internacional. Podem fazê-lo de diferentes maneiras: revendo a legislação relativa à nacionalidade e assegurando-se que seja conforme às normas internacionais, apoiando a adesão às Convenções de 1954 e 1961 sobre a apatridia e promovendo a redução ou eliminação da apatridia e a resolução dos casos que envolvam pessoas apátridas.

### **O que os parlamentares deveriam procurar ao revisar a legislação nacional relativa à nacionalidade?**

- Rever os tratados internacionais e regionais pertinentes dos quais o Estado é Parte. Rever os tratados, convenções e declarações às quais o Estado faça referência na sua legislação nacional; isto auxiliaria na interpretação do sistema jurídico nacional.
- Como muitos Estados incluem disposições relativas à nacionalidade em diferentes instrumentos legais, rever a Constituição, as leis de nacionalidade, os decretos e todas as fontes do direito nacional que possam ajudar na elucidação da lei do Estado e na forma como é feita a interpretação destas leis.
- Rever os acordos bilaterais e multilaterais adotados em caso de sucessão de Estados.
- No momento da revisão do regime jurídico nacional, determinar se o Estado garante a adoção e a aplicação sistemática de salvaguardas para prevenir a apatridia, quando esta resultar da privação, renúncia ou perda da nacionalidade.

No momento da revisão do sistema jurídico nacional, tentar responder às seguintes perguntas:

#### **Sobre a aquisição da nacionalidade**

- As crianças podem adquirir a nacionalidade da mãe, especialmente quando o pai não tiver uma nacionalidade, não estiver presente ou não puder conferir sua nacionalidade?
- A legislação do Estado sobre a nacionalidade prevê a aquisição da nacionalidade para as pessoas nascidas dentro do território do Estado que, de outra maneira, se tornariam apátridas?
- O princípio da não discriminação é aplicado às normas sobre a nacionalidade?
- Se a criação do Estado tiver acontecido como resultado de uma sucessão de Estados, o momento da análise sobre se uma nacionalidade deve ser conferida a um nacional do Estado predecessor leva em consideração a residência habitual da pessoa interessada no momento da sucessão, a vontade ou a origem territorial da pessoa interessada?

#### **Sobre a perda da nacionalidade**

- As disposições relativas à mudança do estado civil ou outros estados sociais garantem que a apatridia seja evitada?
- Como é que se perde a nacionalidade? A prevenção da apatridia está prevista?
- A renúncia à nacionalidade é condicionada à aquisição, ou à garantia da aquisição, de outra nacionalidade?
- O pedido de naturalização num país estrangeiro altera a situação da nacionalidade de um indivíduo, se o interessado não tiver recebido nenhuma garantia a respeito da aquisição

da outra nacionalidade?

- Nos casos em que for prevista a privação da nacionalidade, os motivos da privação estão claramente definidos? A privação da nacionalidade pode levar à apatridia? Existem garantias procedimentais?

### **Sobre a recuperação da nacionalidade**

- A recuperação da nacionalidade por parte de antigos nacionais que residam de forma legal e habitual dentro do território do Estado é facilitada?
- É possível restituir a antiga nacionalidade a um indivíduo que tenha perdido a nacionalidade adquirida em razão de uma mudança do seu estado civil ou outro estado? Se for possível, a restituição acontecerá de forma automática, ou a pessoa interessada deverá solicitá-la quando se tornar apátrida? Existem garantias procedimentais?

### **Sobre a naturalização**

- Se um estrangeiro solicitar a naturalização, deve provar que renunciou formalmente à sua antiga nacionalidade? Ou é suficiente a garantia de que perderá a antiga nacionalidade no momento da aquisição da nova cidadania?
- O procedimento e os requisitos para a naturalização estão claramente definidos?
- Existem algumas práticas administrativas, como procedimentos prolongados, custos excessivos, exigências de documentos que o requerente não pode apresentar e/ou prazos que o requerente não pode cumprir - que possam provocar a apatridia?

### **Sobre a aquisição de prova da identidade e nacionalidade:**

- Qual é o procedimento administrativo para registrar os nascimentos? Ele é aplicado na prática? Se houver um prazo para o registro do nascimento, os nascimentos podem ser registrados posteriormente?
- Há práticas administrativas – como procedimentos longos, taxas excessivas e/ou prazos curtos que os solicitantes não conseguem cumprir – que possam resultar em dificuldades para a obtenção de prova da nacionalidade?

### **Por que os Estados deveriam aderir às Convenções de 1954 e 1961?**

No âmbito nacional, a adesão às Convenções de 1954 e 1961 sobre a apatridia:

- É uma forma de os Estados demonstrarem o seu comprometimento em tratar as pessoas apátridas de acordo com os direitos humanos e parâmetros humanitários reconhecidos, incluindo o direito à nacionalidade;
- Assegura que os apátridas tenham acesso à proteção de um Estado e, portanto, sejam capazes de viver com segurança e dignidade;
- Oferece uma estrutura para a identificação de pessoas apátridas dentro dos seus territórios e assegura o gozo de seus direitos, inclusive através da emissão de documentos de identidade e de viagem;
- Permite que os Estados lidem com lacunas que resultam das diferentes abordagens em relação à nacionalidade ao redor do mundo através do reconhecimento de garantias

comuns para que se evite a apatridia, sem prejudicar a soberania dos Estados de regular a nacionalidade; e

- Aumenta a segurança e a estabilidade, ao evitar a exclusão e a marginalização de pessoas apátridas.

No âmbito internacional, a adesão às Convenções de 1954 e 1961 sobre a apatridia:

- Demonstra o compromisso de cooperar com a comunidade internacional para reduzir e eliminar a apatridia;
- Promove o reconhecimento do estatuto jurídico internacional da ‘pessoa apátrida’ e o quadro normativo internacional comum sobre proteção, aumentando assim a transparência legal e a previsibilidade da resposta dos Estados à apatridia.
- Melhora as relações internacionais e a estabilidade;
- Ajuda a prevenir o deslocamento forçado, enfrentando as suas causas;
- Ajuda o ACNUR na mobilização do apoio internacional para a adesão aos princípios contidos nas Convenções; e
- Ajuda a resolver as disputas relativas à nacionalidade

### **Como é que um Estado adere às Convenções?**

Os Estados podem aderir às Convenções de 1954 e/ou de 1961 a qualquer momento, depositando um instrumento de adesão junto do Secretário-Geral das Nações Unidas. O instrumento de adesão deverá ser assinado pelo Chefe de Estado ou de Governo ou pelo Ministro das Relações Exteriores e enviado através do representante do país na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque (exemplos dos instrumentos de adesão encontram-se no Anexo 3).

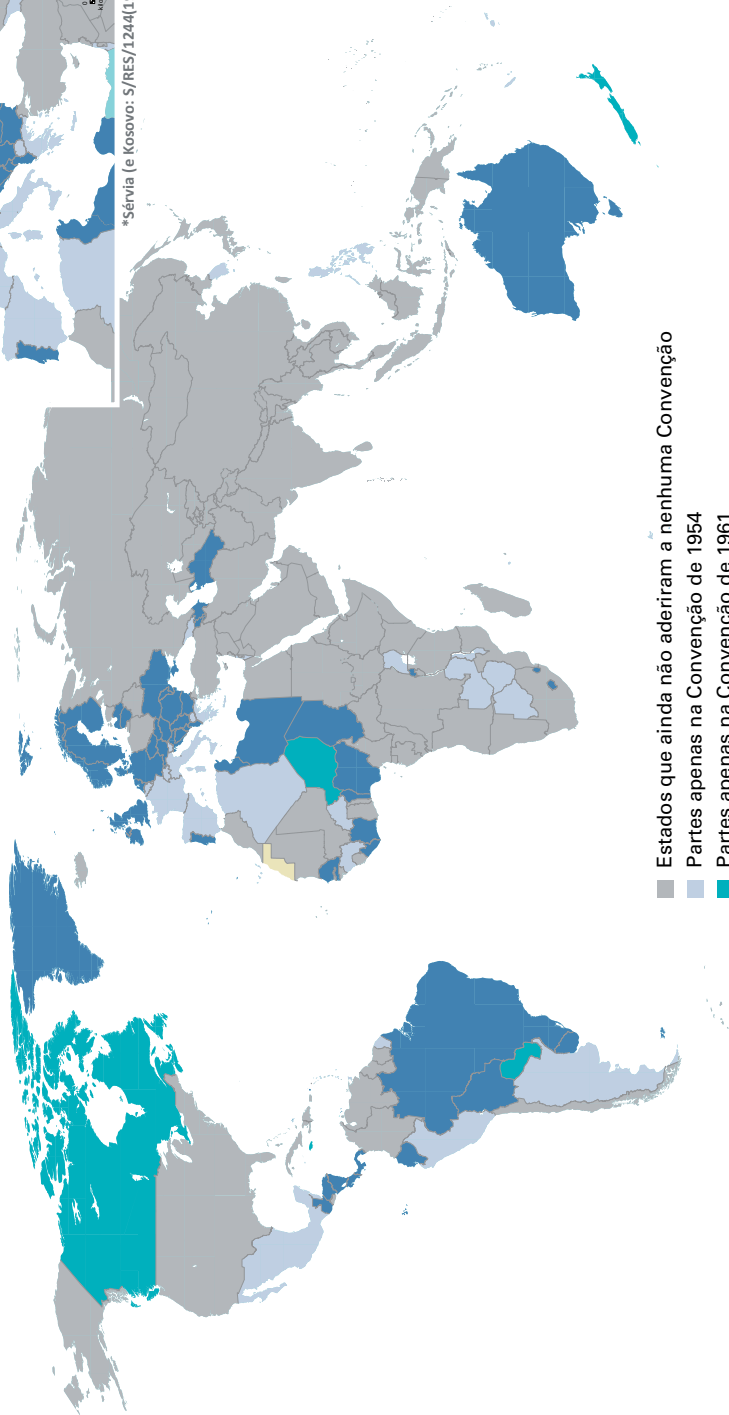
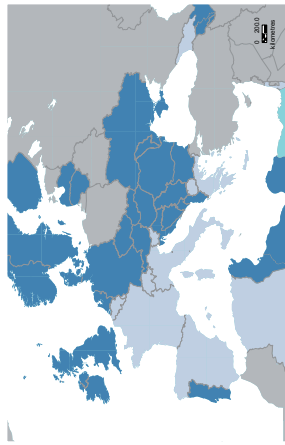
### **Um Estado pode formular reservas às Convenções?**

Reconhecendo que condições particulares podem afetar alguns Estados no momento da ratificação ou adesão, as Convenções permitem que os Estados Contratantes formulem reservas a algumas das disposições das Convenções, com a exceção das disposições que foram consideradas fundamentais pelos Estados Contratantes iniciais:

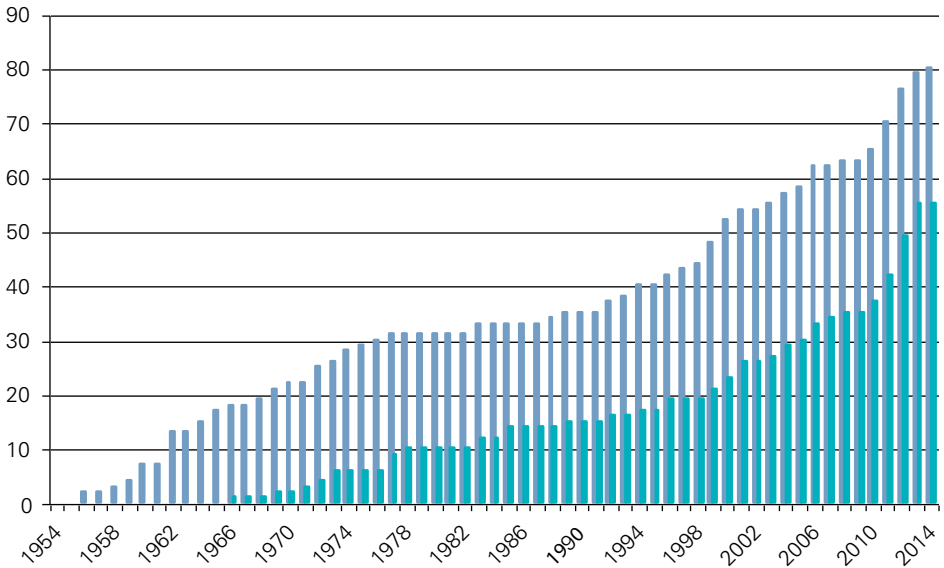
- Convenção de 1954: as reservas são permitidas, exceto aos Artigos 1º (definição/cláusulas de exclusão), 3º (não-discriminação), 4º (liberdade de religião), 16(1) (acesso à justiça) e do 33 ao 42 (cláusulas finais).
- Convenção de 1961: as reservas são permitidas apenas em relação aos Artigos 11 (agência), 14 (submissão das controvérsias à Corte Internacional de Justiça) e 15 (territórios sob a responsabilidade de um Estado Contratante).

## MAPA: Estados Partes das Convenções de 1954 e 1961

Até 1º de Maio de 2014



## Crescimento no número de adesões às Convenções de 1954 e 1961



■ Estados Partes na Convenção de 1954 ■ Estados Partes na Convenção de 1961

### Como é que os parlamentares podem assegurar a aplicação efetiva das Convenções sobre apatridia?

Na maioria dos Estados, é preciso adotar ou emendar a legislação nacional para permitir que as disposições das duas Convenções sobre apatridia sejam implementadas de forma efetiva. O ACNUR pode oferecer a sua assessoria técnica para ajudar a garantir que a tradição jurídica e recursos específicos de cada Estado sejam compatíveis com as suas obrigações internacionais.

### Quais as medidas práticas que os parlamentares podem adotar para encorajar os seus governos a aderirem às Convenções?

- Verificar se o seu Estado é Parte em uma ou em ambas as Convenções.
- Se o seu Estado ainda não tiver aderido a estes instrumentos, considerar submeter a questão ao governo, de forma verbal ou escrita, ou apresentar um projeto de lei.
- Se já houve a apresentação de uma proposta de ratificação ou adesão ao Parlamento, dentro de um prazo razoável, depois de avaliar as informações necessárias, votar a favor da adesão.
- Se o governo não apresentar a matéria ao Parlamento dentro de um prazo razoável, recorrer ao procedimento parlamentar para solicitar que o Governo explique a razão para tanto, encorajando-o a iniciar o processo de ratificação/adesão sem demora.
- Se o seu Estado for um dos poucos que já assinou uma ou ambas as Convenções sobre



apatridia, mas tiver adiado o processo de ratificação, recorrer ao procedimento parlamentar para questionar o Governo acerca da demora e encoraja-lo a apressar o processo. Recorra ao direito de iniciativa legislativa para propor um projeto de lei sobre a matéria.

- Se o governo se opuser à ratificação/adesão, tente descobrir a razão, em detalhes. Se necessário, ajude a eliminar as dúvidas e incompreensões, e utilize as redes políticas para apressar o processo. Promova a causa da ratificação/adesão com os seus eleitores.
- Se você for um parlamentar de um Estado criado a partir da separação ou dissolução de outros Estados, os tratados aos quais o Estado predecessor aderiu não são automaticamente vinculantes para o novo Estado. Os novos Estados podem assumir as obrigações dos Estados predecessores por sucessão, ou aderir como novos Estados, ou declarar a intenção de não se considerarem vinculados pelos tratados concluídos pelo Estado predecessor.
- Depois que tenha sido feita a ratificação ou adesão às convenções sobre apatridia, busque assegurar que o Parlamento irá adotar uma legislação interna que corresponda às disposições contidas nas Convenções. Recorra aos procedimentos legislativos para garantir que o governo apresente ao parlamento um projeto de lei ou de emenda à legislação existente dentro de um prazo razoável.
- Se o governo tiver apresentado ao Parlamento uma proposta de ratificação/adesão acompanhada de reservas, objeções ou declarações interpretativas que limitem o âmbito da aplicação do tratado, e o parlamentar tenha comprovado que essas limitações são infundadas, promova o interesse geral sobre os interesses sectários ou circunstanciais.
- Se as reservas, as objeções ou as declarações interpretativas do governo que limitam o âmbito da aplicação do tratado não forem consideradas válidas, recorra aos procedimentos parlamentares para averiguar as intenções do Governo e tomar medidas para eliminar as restrições.
- Se você precisar de assessoria e assistência no que diz respeito à ratificação/adesão e/ou à redação de legislação nacional compatível com os princípios contidos nas Convenções sobre apatridia, entre em contato com a representação do ACNUR no seu país ou com a representação que é responsável pelo seu país.

### **Como podem os parlamentares promover a conscientização sobre o tema da apatridia?**

Como responsáveis pela redação das leis do país, os parlamentares estão numa posição excelente para promover a redução ou eliminação da apatridia e para garantir que os direitos dos apátridas sejam protegidos. Os parlamentares devem não apenas encorajar os respectivos governos a adotar leis consistentes com os padrões internacionais, mas também obter o apoio do seu eleitorado. Somente quando a sociedade civil entender os problemas associados com a apatridia é que ela poderá apoiar os esforços dos parlamentares para resolver estes problemas.

Os parlamentares podem sensibilizar os seus eleitores sobre a apatridia com discursos sobre o assunto e sobre a importância de uma legislação apropriada sobre a nacionalidade, escrevendo artigos nos jornais sobre a necessidade de eliminar a apatridia, trabalhando com as ONGs e outros atores da sociedade civil que prestem apoio aos apátridas e, se necessário, promovendo a rápida resolução dos casos individuais de apatridia.

Os parlamentares podem resolver as situações de apatridia promovendo os direitos das minorias e de outros grupos para que se tornem parte do grupo dos nacionais que formam o Estado, e facilitando o diálogo entre as comunidades, o que irá resultar na aceitação dos apátridas como nacionais.

### **Como os parlamentares podem incentivar a cooperação internacional no assunto?**

A cooperação internacional é essencial para reduzir a incidência da apatridia no mundo. Os parlamentares devem garantir que os seus governos participem ativamente nos esforços internacionais para reduzir ou eliminar a apatridia e em todos os esforços para resolver os casos individuais de apatridia.

Os parlamentares podem considerar convidar parlamentares de países vizinhos para realizar uma revisão regional da legislação relativa à nacionalidade. A harmonização das leis da nacionalidade entre os Estados é uma boa maneira de reduzir a incidência da apatridia.

# Anexo 1

## Estados Partes da Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas

Data da entrada em vigor: 6 de Junho de 1960

Estados Partes (até 1 de Maio de 2014): 80

País	Assinatura	Ratificação (r) Adesão (a) Sucessão (s)
Albânia		23 Junho 2003 (a)
Alemanha	28 Setembro 1954	26 Outubro 1976 (r)
Argélia		15 Julho 1964 (a)
Antígua e Barbuda		25 Outubro 1988 (s)
Argentina		1 Junho 1972 (a)
Armênia		18 Maio 1994 (a)
Austrália		13 Dezembro 1973 (a)
Áustria		8 Fevereiro 2008 (a)
Azerbaijão		16 Agosto 1996 (a)
Barbados		6 Março 1972 (s)
Bélgica	28 Setembro 1954	27 Maio 1960 (r)
Belize		14 Setembro 2006 (a)
Benim		8 Dezembro 2011 (a)
Bolívia		6 Outubro 1983 (a)
Bósnia e Herzegovina		1 Setembro 1993 (s)
Botswana		25 Fevereiro 1969 (s)
Brasil	28 Setembro 1954	13 Abril 1996 (r)
Bulgária		22 Março 2012 (a)
Burkina Faso		1 Maio 2012 (a)
Chade		12 Agosto 1999 (a)
China (sobre Hong Kong) <sup>1</sup>		
Costa do Marfim		3 Outubro 2013 (a)
Costa Rica	28 Setembro 1954	2 Novembro 1977 (r)

<sup>1</sup> Depois de retomar o exercício da soberania sobre Hong Kong, a China notificou o Secretário Gral que a responsabilidade sobre os direitos internacionais e as obrigações de Hong Kong com respeito à Convenção será assumida pelo Governo da República Popular da China.

## Estados Partes da Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas (continuação)

País	Assinatura	Ratificação (r) Adesão (a) Sucessão (s)
Croácia		12 Outubro 1992 (s)
Dinamarca	28 Setembro 1954	17 Janeiro 1956 (a)
Equador	28 Setembro 1954	2 Outubro 1970 (r)
Eslováquia		3 Abril 2000 (a)
Eslovênia		6 Julho 1992 (s)
Espanha		12 Maio 1997 (a)
Fiji		12 Junho 1972 (s)
Filipinas	22 Junho 1955	22 Setembro 2011 (r)
Finlândia		10 Outubro 1968 (a)
França	12 Janeiro 1955	8 Março 1960 (r)
Geórgia		23 Dezembro 2011 (a)
Grécia		4 Novembro 1975 (a)
Guatemala	28 Setembro 1954	28 Novembro 2000 (r)
Guiné		21 Março 1962 (a)
Honduras	28 Setembro 1954	1 Outubro 2012 (r)
Hungria		21 Novembro 2001 (a)
Irlanda		17 Dezembro 1962 (a)
Israel	1 Outubro 1954	23 Dezembro 1958 (r)
Itália	20 Outubro 1954	3 Dezembro 1962 (r)
Lesoto		4 Novembro 1974 (s)
Letônia		5 Novembro 1999 (a)
Libéria		11 Setembro 1964 (a)
Líbia		16 Maio 1989 (a)
Liechtenstein	28 Setembro 1954	25 Setembro 2009 (r)
Lituânia		7 Fevereiro 2000 (a)
Luxemburgo	28 Outubro 1955	27 Junho 1960 (r)
Macedônia		18 Janeiro 1994 (s)
Madagáscar <sup>1</sup>		20 Fevereiro 1962 (a)
Malauí		7 Outubro 2009 (a)
México		7 Junho 2000 (a)
Moldova		19 de Abril 2012 (a)
Montenegro		23 Outubro 2006 (s)
Nicarágua		15 Julho 2013 (a)
Nigéria		20 de Setembro 2011 (a)
Noruega	28 Setembro 1954	19 Novembro 1956 (r)
Países Baixos	28 Setembro 1954	12 Abril 1962 (r)
Panamá		2 de Junho 2011 (a)

## Estados Partes da Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas (continuação)

País	Assinatura	Ratificação (r) Adesão (a) Sucessão (s)
Peru		23 de Janeiro 2014 (a)
Portugal		1 de Outubro 2012 (a)
Quiribati		29 Novembro 1983 (s)
Reino Unido	28 Setembro 1954	16 Abril 1959 (r)
República Checa		19 Julho 2004 (a)
República da Coreia		22 Agosto 1962 (a)
Romênia		27 Janeiro 2006 (a)
Ruanda		4 Outubro 2006 (a)
São Vicente e Granadinas		27 Abril 1999 (s)
Senegal		21 Setembro 2005 (a)
Sérvia		12 Março 2001 (s)
Suazilândia		16 Novembro 1999 (a)
Suécia	28 Setembro 1954	2 Abril 1965 (r)
Suíça	28 Setembro 1954	3 Julho 1972 (r)
Trindade e Tobago		11 Abril 1966 (s)
Tunísia		29 Julho 1969 (a)
Turcomenistão		07 Dezembro 2011 (a)
Ucrânia		25 Março 2013 (a)
Uganda		15 Abril 1965 (a)
Uruguai		2 Abril 2004 (1)
Zâmbia		1 Novembro 1974 (s)
Zimbábue		1 Dezembro 1998 (s)

## Estados que assinaram, porém não ratificaram a Convenção de 1954 relativa ao Estatuto dos Apátridas

País	Assinatura
Colômbia	30 Dezembro 1954
El Salvador	28 Setembro 1954
Santa Sé	28 Setembro 1954

## Anexo 2

### Estados Partes da Convenção de 1961 para a Redução dos casos de Apatridia

Data da entrada em vigor: 13 de Dezembro de 1975

Estados Partes (até 1º de Maio de 2014): 55

País	Assinatura	Ratificação (r) Adesão (a) Sucessão (s)
Albânia		9 Julho 2003 (a)
Alemanha		31 Agosto 1977 (a)
Armênia		18 Maio 1994 (a)
Austrália		13 Dezembro 1973 (a)
Áustria		22 Setembro 1972 (a)
Azerbaijão		16 Agosto 1996 (a)
Benim		8 Dezembro 2011 (a)
Bolívia		6 Outubro 1983 (a)
Bósnia e Herzegovina		13 Dezembro 1996 (a)
Brasil		25 Outubro 2007 (a)
Bulgária		22 Março 2012 (a)
Canadá		17 Julho 1978 (a)
Chade		12 Agosto 1999 (a)
Costa Rica		2 Novembro 1977 (a)
Costa do Marfim		03 Outubro 2013 (a)
Croácia		22 Setembro 2011 (a)
Dinamarca		11 Julho 1977 (a)
Eslováquia		3 Abril 2000 (a)
Equador		24 Setembro 2012 (a)
Finlândia		7 Agosto 2008 (a)
Guatemala		19 Julho 2001 (a)
Honduras		18 Dezembro 2012 (a)
Hungria		12 Maio 2009 (a)
Irlanda		18 Janeiro 1973 (a)
Jamaica		9 Janeiro 2013 (a)
Lesoto		24 Setembro 2004 (a)
Letônia		14 Abril 1992 (a)
Libéria		22 Setembro 2004 (a)
Líbia		16 Maio 1989 (a)
Liechtenstein		25 Setembro 2009 (r)
Lituânia		22 Julho 2013 (a)
Moldova		19 Abril 2012 (a)

## Estados Partes da Convenção para a Redução dos casos de Apatridia de 1961 (continuação)

Country	Signature	Ratification (r), Accession (a), Succession (s)
Montenegro		5 Dezembro 2013 (a)
Nicarágua		29 julho 2013 (a)
Níger		17 Junho 1985 (a)
Nigéria		20 Setembro 2011 (a)
Noruega		11 Agosto 1971 (a)
Nova Zelândia		20 Setembro 2006 (a)
Países Baixos	30 Agosto 1961	13 Maio 1985 (r)
Panamá		2 Junho 2011 (a)
Paraguai		6 Junho 2012 (a)
Portugal		1 Outubro 2012 (a)
Quiribati		29 Novembro 1983 (s)
Reino Unido	30 Agosto 1961	29 Março 1966 (r)
República Checa		19 Dezembro 2001 (a)
Romênia		27 Janeiro 2006 (a)
Ruanda		4 Outubro 2006 (a)
Senegal		21 Setembro 2005 (a)
Sérvia		7 Dezembro de 2011 (a)
Suazilândia		16 Novembro 1999 (a)
Suécia		19 Fevereiro 1969 (a)
Tunísia		12 Maio 2000 (a)
Turcomenistão		29 Agosto 2012 (a)
Ucrânia		25 Março 2013 (a)
Uruguai		21 Setembro 2001 (a)

## Estados que assinaram, porém não ratificaram a Convenção de 1961 sobre a Redução da Apatridia

País	Assinatura
França	31 Maio 1962
Israel	30 Agosto 1961
República Dominicana	5 Dezembro 1961

# Anexo 3

## Modelo de instrumento de adesão à Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas

CONSIDERANDO que a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 28 de Setembro de 1954 e que fica aberta às adesões, em conformidade com o seu Artigo 35°;

CONSIDERANDO que o inciso 4° do referido Artigo 35° estabelece que a adesão deverá ser efetuada pelo depósito de um instrumento de adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas;

AGORA, PORTANTO, o(a) abaixo-assinado(a) (Título do Chefe do Estado, Chefe do Governo, ou Ministro das Relações Exteriores) por este meio notifica a adesão de (Estado em questão);

FEITO em \_\_\_\_\_ no dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano \_\_\_\_\_.

[Carimbo e assinatura  
do depositário,  
se requerido]

[Assinatura do Chefe de Estado,  
Chefe do Governo, ou Ministro  
das Relações Exteriores]



## Modelo de instrumento de adesão à Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia

CONSIDERANDO que a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia foi adotada pela Conferência de Plenipotenciários em 13 de Agosto de 1961 e que fica aberta às adesões, em conformidade com o seu Artigo 16º;

CONSIDERANDO que o inciso 4º do referido Artigo 16º estabelece que a adesão deverá ser efetuada pelo depósito de um instrumento de adesão junto do Secretário-Geral das Nações Unidas;

AGORA, PORTANTO, o(a) abaixo-assinado(a) (Título do Chefe do Estado, Chefe do Governo, ou Ministro das Relações Exteriores) por este meio notifica a adesão de (Estado em questão).

FEITO em \_\_\_\_\_ no dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano \_\_\_\_\_.

[Carimbo e assinatura  
do depositário,  
se requerido]

[Assinatura do Chefe de Estado,  
Chefe do Governo, ou Ministro  
das Relações Exteriores]

# A UIP e o ACNUR em resumo

## UIP

A União Interparlamentar é a organização global dos parlamentos nacionais. Nós trabalhamos para garantir a paz e promover uma mudança democrática através do diálogo político e da ação concreta. Somos a única organização internacional a reunir os parlamentos nacionais do mundo e promovemos a democracia e a paz através de nossa associação parlamentar única.

O nosso trabalho em prol do fortalecimento das capacidades dos parlamentares para o cumprimento do seu mandato democrático de serem mais representativos, transparentes, responsáveis e efetivos, é complementado pelo nosso foco em igualdade de gênero, direitos humanos, desenvolvimento, paz e segurança internacional.

Frequentemente nós trabalhamos com parceiros, incluindo as Nações Unidas e suas agências especializadas, para assegurar que os parlamentares tenham a informação mais atualizada, personalizada e prática sobre os assuntos dos quais eles devem tratar a nível nacional.

Conseguir alcançar um vasto grupo, em constante transição, de aproximadamente 47.000 parlamentares ao redor do mundo é um desafio para qualquer esforço de informar as mudanças sobre política e legislação. A UIP é um corpo independente, autogovernado, financiado principalmente por nossos Membros. Fundado em 1889 e com 164 parlamentares nacionais como Membros e 10 corpos parlamentares regionais como Membros Associados em 2014, a UIP ainda está crescendo, o que reflete a demanda global por democracia.

## ACNUR

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem o mandato de liderar e coordenar a ação internacional para a proteção dos refugiados e procurar soluções para os seus problemas em todo o mundo. O ACNUR trabalha para que cada indivíduo possa exercer o direito de buscar asilo e encontrar proteção em outro Estado, bem como para que possa voltar para a sua casa voluntariamente. Ao facilitar o retorno dos refugiados aos seus países de origem ou o seu estabelecimento em outro país, o ACNUR procura oferecer soluções duradouras para os seus problemas.

O Comitê Executivo do ACNUR e a Assembleia Geral das Nações Unidas também conferiram ao ACNUR o mandato de dar assistência aos apátridas e autorizou a organização a assistir os deslocados internos.

O ACNUR procura reduzir a incidência do deslocamento forçado encorajando os Estados e as instituições a criar condições propícias para a proteção dos direitos humanos e a solução pacífica das controvérsias.

A organização oferece proteção e assistência aos refugiados e outras pessoas de forma imparcial, com base nas suas necessidades e sem distinção de raça, cor, religião, opinião política ou gênero. O ACNUR está comprometido com o princípio da participação e consulta dos refugiados em todas as decisões que atingem as suas vidas. O ACNUR trabalha em parceria com governos, organizações regionais, organizações internacionais e organizações não governamentais.

Publicado pela União Interparlamentar com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser produzida, armazenada em sistema de recuperação, ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio – eletrônico, mecânico, via fotocópia, gravação ou outro – sem prévia autorização da União Interparlamentar ou do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.




Essa publicação é disponibilizada sob a condição de que não será comercializada ou emprestada, vendida, alugada ou de qualquer outro modo circulada sem o consentimento prévio da editora em nenhum outro formato ou capa que não aquela na qual foi publicada e em condições similares, sendo esta condição imposta aos futuros editores.

ISBN 078-92-9142-599-0 (IPU)



União Interparlamentar

Para a democracia. Para todos.



 +41 22 919 41 50  
 +41 22 919 41 60  
 [postbox@ipu.org](mailto:postbox@ipu.org)

Chemin du Pommier 5  
Caixa Postal 330  
1218 Le Grand-Saconnex  
Genebra – Suíça  
[www.ipu.org](http://www.ipu.org)



**UNHCR  
ACNUR**

Agência da ONU para Refugiados

 +41 22 739 81 11  
 +41 22 739 73 77

Caixa Postal 2500  
CH-1211 Genebra 2 Dépôt  
Suíça  
[www.unhcr.org](http://www.unhcr.org)  
[www.unhcr.org.br](http://www.unhcr.org.br)